

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUARIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Marina Giannini Borelli

O padrão de consumo das famílias brasileiras: década de 1990 até 2020

SÃO PAULO

2022

Marina Giannini Borelli

O padrão de consumo das famílias brasileiras: década de 1990 até 2020

Monografia apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de bacharelado em **Ciências Econômicas**, sob a orientação do(a) prof.(a), dr.(a) **Mariana Ribeiro Jansen Ferreira**.

SÃO PAULO

2022

ESPAÇO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Borelli, Marina Giannini

O padrão de consumo das famílias brasileiras:
década de 1990 até 2020. / Marina Giannini Borelli.

-- São Paulo: [s.n.], 2022.

54p. il. ; cm.

Orientador: Mariana Ribeiro Jansen Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Graduação em Ciências Econômicas, 2022.

1. Monografia de conclusão de curso. 2. Padrão de
consumo. I. Ferreira, Mariana Ribeiro Jansen. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

RESUMO

BORELLI, Marina Giannini. **O padrão de consumo das famílias brasileiras: década de 1990 até 2020.**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como o padrão de consumo das famílias brasileiras se comportou ao longo das décadas e os mecanismos que viabilizaram o consumo, sendo através do cenário econômico, das políticas de crédito e monetária, entre outras variáveis. Foi feito um levantamento de vários indicadores e, como principal método, foram utilizadas as últimas quatro edições da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, de 1995-1996, 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. A partir dos dados obtidos, foi realizada uma análise dos mesmos voltado para o padrão de consumo e constatado que o elemento mais importante para o fomento do consumo é as políticas sociais de repasse de renda, essenciais quando a inflação está elevada, variável que impacta diretamente o consumo. Como outros elementos temos o endividamento das famílias, a flexibilização do crédito, assim como o cenário macroeconômico.

Palavras-chave: padrão de consumo; famílias brasileiras; consumo; renda; endividamento; desemprego; inflação; crédito; POF.

ABSTRACT

BORELLI, Marina Giannini. **The consumption pattern of Brazilian families: decade of 1990 to 2020.**

The present work aims to demonstrate how the consumption pattern of Brazilian families behaved over the decades and the mechanisms that made consumption possible, through the economic scenario, credit and monetary policies, among other variables. A survey of several indicators was carried out and, as the main method, the last four editions of the IBGE Family Budget Survey (POF) were used, from 1995-1996, 2002-2003, 2008-2009 and 2017-2018. From the data obtained, an analysis was carried out focused on the pattern of consumption and found that the most important element for the promotion of consumption is the social policies of transfer of income, essential when inflation is high, a variable that directly impacts the consumption. As other elements we have the indebtedness of families, the flexibilization of credit, as well as the macroeconomic scenario.

Palavras-chave: consumption pattern; Brazilian families; consumption; income; indebtedness; unemployment; inflation; credit.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Inflação Acumulada em 12 meses – Média do IGP, INPC e IPC-Fipe (%).....	19
Gráfico 2 – Consumo alimentar domiciliar <i>per capita</i> de produtos (em kg/ano), no total das áreas da pesquisa (variação %) - 1996/1987.....	20
Gráfico 3 - Salário mínimo real - R\$ (do último mês).....	21
Gráfico 4 – Operações de Crédito ao Setor Privado (Pessoas Físicas).....	23
Gráfico 5 – Proporção do Consumo das Famílias em relação ao PIB (%).....	24
Gráfico 6 – Taxa de Desemprego Aberto – média 30 dias – das regiões metropolitanas (%).....	25
Gráfico 7 – Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesas – Brasil – 2002-2003.....	26
Gráfico 8 – Comparação dos três maiores grupos de despesas das POFs de 1987, 1996 e 2003.....	26
Gráfico 9 – Distribuição das famílias, por grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento total familiar, segundo a situação do domicílio (%) – Brasil – 2002-2003.....	28
Gráfico 10 – Custo da cesta básica como proporção do salário mínimo (%) – São Paulo.....	30
Gráfico 11 – Taxa de pobreza – pessoas pobres (% da população total).....	32
Gráfico 12 – Taxa de Desocupação versus as Despesas Familiares.....	34
Gráfico 13 – Variação em volume do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> e do consumo das famílias (%) – Brasil – 2007-2016.....	35
Gráfico 14 – Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%)....	37
Gráfico 15 – Proporção dos pobres no Brasil (%) – Série harmonizada.....	37
Gráfico 16 – Distribuição dos domicílios segundo a solicitação de empréstimos, por classe de rendimento domiciliar <i>per capita</i> em salários mínimos (%) - Brasil - setembro de 2020.....	40
Gráfico 17 – Quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - 2018 a 2021.....	41
Gráfico 18 – Evolução mensal da quantidade de benefícios pagos - BPC - 2015 a 2019.....	42

Gráfico 19 – IPCA Dessazonalizado, variação mensal acumulada no ano (%) – 2020.....	43
Gráfico 20 – Variação da Renda domiciliar per capita total por Decis de Renda entre 2019 e agosto de 2020 - para o Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%).....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de pessoas com rendimento familiar <i>per capita</i> igual ou menor do que o valor real de meio salário mínimo de agosto de 1980 (R \$105,98 de set./2001).....	21
Tabela 2 - Valor real médio, em reais de setembro de 2001, do rendimento familiar <i>per capita</i> . Brasil e seis regiões, 1992-2001.....	22
Tabela 3 – Coeficiente de Penetração: Importação/Consumo Aparente (%)......	23
Tabela 4 – Evolução do gasto social do Governo Central – Brasil – 2002 a 2009 – % PIB.....	27
Tabela 5 – Distribuição do consumo das famílias por faixa de renda.....	30
Tabela 6 – Distribuição do consumo das famílias por faixa de renda.....	31
Tabela 7 – Taxa de Variação do PIB.....	34
Tabela 8 – Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, segundo os tipos de despesas selecionadas, e variação da média mensal familiar, Brasil, 2008-1028.....	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O CONSUMO	12
2.1 Renda e Consumo.....	12
2.2 Inflação.....	15
3. CAPÍTULO 2: MUDANÇAS DO PADRÃO DE CONSUMO BRASILEIRO - 1990 a 2012.....	18
3.1 Os Efeitos do Plano Real.....	18
3.2 Pós FHC – “balanço” dos primeiros anos de estabilidade.....	24
3.3 Efeitos do governo Lula e as políticas sociais.....	28
4. CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIA DE CRISE A PARTIR DE 2015.....	33
4.1 Crise de 2014 e seus impactos.....	33
4.2 A Pandemia e seus efeitos catastróficos.....	39
5. CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

O padrão de consumo reflete muitas características da vida dos indivíduos. Ele é impactado por uma série de fatores, tanto micro como macro econômicos, e o mesmo desencadeia diversos efeitos, desde o impacto imediato de vendas até sobre o PIB do país como um todo. O padrão de consumo da família brasileira é ainda mais peculiar, principalmente pela incompatibilidade entre renda e uma desigualdade social grande, pela economia do país e seus métodos de empréstimo e de parcelamento, entre outros fatores. No final de 2019, pela ótica da demanda, 65% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil vêm das famílias (IBGE), evidenciando como essa variável é importante, inclusive em estudos da macroeconomia.

Durante as décadas, principalmente desde 1990 até hoje, o padrão de consumo das famílias brasileiras sofreu muitas alterações, advindas do cenário econômico, das medidas governamentais, da conjuntura macroeconômica global, da urbanização, e de diversas outras coisas. A monografia em questão irá abordar justamente esse recorte histórico.

Considerando a relevância do tema, esta monografia tem como objetivo evidenciar a alteração do padrão de consumo das famílias brasileiras e entender, junto a conjuntura macroeconômica, o que provocou essas alterações entre 1990 e 2020. Além disso, por meio de uma análise do padrão de consumo das famílias brasileiras, veremos quais são os mecanismos utilizados a fim de viabilizar o consumo. Um dos meios de consumo utilizado pela população brasileira é o endividamento e, ao mesmo tempo que o endividamento é visto como um fator negativo, ele tem seu lado positivo de possibilitar o consumo das famílias de baixa renda, trazendo um viés duplo.

A hipótese central desta monografia é que a estabilização de preços e, principalmente, a expansão de renda e do crédito foram fatores cruciais para permitir mudanças e maior diversidade no padrão de consumo. A recessão de 2015-2016 e a crise da pandemia da Covid-19 explicitam ainda mais como, em um cenário de aumento de preços e redução da renda disponível, a diversificação no padrão de consumo pode se perder.

Esta monografia é formada por essa breve introdução, três capítulos e conclusões finais. O primeiro capítulo consiste em uma fundamentação teórica para o entendimento do padrão de consumo, isto é, uma fundamentação teórica da

variável renda, consumo e inflação, variáveis chaves que serão analisadas em todos os capítulos.

O segundo capítulo terá como recorte histórico a década de 1990, um dos períodos que mais houve mudanças econômicas que gerou diversas mudanças diretamente na vida das famílias brasileiras. O primeiro item do capítulo consistirá na análise das variáveis após a implementação do Plano Real e, como o plano impactou esses indicadores e como a população reagiu a ele. O segundo item abordará o período de estabilidade econômica, no início dos anos 2000 e, o terceiro item do capítulo foca mais nas políticas e indicadores sociais do governo Lula e como isso gerou uma grande alteração do consumo da população de renda mais baixa.

O terceiro capítulo tem como foco os períodos de crise que os brasileiros enfrentaram em 2015 e 2016 e a crise econômica causada pela crise sanitária do COVID-19, que, historicamente, são períodos de alta pressão inflacionária e grande alteração do consumo, principalmente a da pandemia que impactou todos os setores da economia.

2. CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O CONSUMO

A fim de compreender os determinantes do consumo, é fundamental a apresentação de uma fundamentação teórica em relação às variáveis centrais dos determinantes do poder de compra: a Renda e Consumo e também a Inflação, muito presente na realidade da família brasileira.

2.1 Renda e Consumo

Em meados do século XX, várias teorias macroeconômicas incluíram a variável consumo como elemento importante da análise econômica. Vale destacar cinco desses autores para o trabalho em questão: John Keynes, James Duesenberry, Franco Modigliani, Milton Friedman e Hyman Minsky. O contexto histórico das contribuições dos autores mencionados era de consumo estável e dependente da renda do trabalho. Vale ressaltar que essas publicações se basearam em pesquisas sobre norte americanos e europeus.

A variável consumo começou a ser estudada por John Keynes, um dos economistas mais importantes do mundo e um dos precursores da macroeconomia. Em seu trabalho secular, “The General Theory of Employment, Interest and Money” (Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, 1936: 1985), Keynes afirma que as decisões do consumo dependem de vários fatores, mas o principal é a renda disponível (YD), que significa a quantidade de renda disponível para o gasto (depois de receberem as transferências do governo e pagarem seus impostos). Essa relação entre consumo e renda é descrita pela função consumo: $C = c(YD)$, que diz que, quando a renda disponível cresce, as pessoas compram mais bens, ou seja, o consumo aumenta, e vice-versa. O c representa a propensão marginal a consumir, que é o aumento do consumo por aumento unitário da renda. Por meio dessa função, é possível afirmar que famílias com rendas mais altas consomem mais do que famílias com renda mais baixas, já que as famílias com rendas mais altas vão ter uma renda disponível maior, e os países onde a renda é mais alta possuem maiores níveis de consumo total (BLANCHARD, 2017).

Em suma, Keynes afirma que quanto maior a renda disponível, maior o consumo e, assim, variações no nível de renda corrente produziriam variações no nível do consumo corrente (DORNBUSCH, 2011).

Pode-se dizer também que, apesar de considerar o consumo como função estável da renda no curto prazo, Keynes apresentou os principais elementos que poderiam influenciar a movimentação do consumo. Ao sugerir uma série de fatores subjetivos e objetivos capazes de alterar a propensão a consumir, considerava a possibilidade de o consumo ser influenciado por fatores que vão além da renda corrente, como as variações nos ganhos de capital, as variações nos juros e as medidas de política fiscal (KEYNES, 1985). Ainda em sua publicação Teoria Geral (1985), Keynes ressalta a possibilidade de o consumo funcionar como motor de expansão da demanda agregada, ou seja, o consumo puxando o crescimento da renda, caso o investimento se encontre estagnado.

Por sua vez, os economistas do *mainstream*, partindo da análise sobre o consumo a partir da curva de preferência e da restrição orçamentária, incorporaram da teoria Keynesiana a questão das expectativas à teoria do consumo. Surgem então os importantes trabalhos de Franco Modigliani, com a Teoria do Ciclo de Vida, e de Milton Friedman, com a Teoria da Renda Permanente, que estabeleciam que o consumo era função não da renda corrente, mas de uma renda de mais longo-prazo. Junto, essas duas teorias representam a teoria moderna do consumo.

A Teoria do Ciclo de Vida foi formulada por Franco Modigliani na sua publicação “Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth of Nations” (1986) para explicar o comportamento dos indivíduos a respeito do consumo e da poupança ao longo do seu Ciclo de Vida pois, de acordo com o autor, esse comportamento tem um “padrão” para a renda de todos os indivíduos ao longo do tempo. Modigliani argumenta que a poupança seria um mecanismo de transferência de renda presente para o futuro. A diferença dessa teoria em relação à teoria do consumo de Keynes é que a Teoria do Ciclo de Vida está considerando a parcela que é consumida a partir da riqueza, e não só da renda.

Já a Teoria da Renda Permanente de Friedman desenvolve que os consumidores olhavam além da renda corrente e o autor propõe a distinção das riquezas, assim como a distinção do consumo, na sua obra “A Theory of the Consumption Function” (1957). O autor propôs a tratar a renda como a soma de um componente permanente e um componente transitório (FRIEDMAN, 1957 apud BROCHIER; MENDONÇA, 2018). O componente permanente seria a riqueza não humana, isto é, a riqueza financeira e imobiliária (títulos, poupança, moradia, bens que o consumidor possui como carros e obras, etc). O componente transitório seria

a riqueza humana, advinda do trabalho (BLANCHARD, 2017). Foi colocado também que Friedman faz uma aproximação de riqueza não humana como o estoque e riqueza humana como fluxo de renda auferido a partir da capacidade do indivíduo (BROCHIER; MENDONÇA, 2018).

Uma teoria importante para ajudar a explicar o comportamento do consumidor nos Estados Unidos foi a hipótese relativa de James Duesenberry. O autor, em sua publicação “Income, savings and the theory of consumer behavior” (1952), partiu do pressuposto de que, para compreender o comportamento do consumidor, deve-se primeiro compreender o caráter social dos padrões de consumo. Duesenberry (1952) destaca que as decisões de consumo estão ligadas pelo aprendizado e pela formação de hábitos. No caso dos EUA, o caráter da sua cultura seria a força impulsionadora do consumo, visto que o padrão crescente de vida foi estabelecido como um dos maiores objetivos da sociedade. A ideia central atribuída à Duesenberry é que o consumo, a partir de certo nível de renda, depende fundamentalmente da renda relativa¹. A partir do reconhecimento de que circunstâncias sociais, históricas e culturais influenciam a dinâmica do consumo, o autor conseguiu identificar uma possibilidade de reação da poupança, diferente das conclusões habituais (DUESENBERRY, 1952 apud BROCHIER; MENDONÇA, 2018).

Por último, temos o autor Hyman Minsky, que publicou a obra “Stabilizing an unstable economy” (1986), na qual faz uma crítica aos modelos de consumo, pois diz que esses modelos não consideram os fenômenos monetários e financeiros em sua elaboração, nem mesmo a possibilidade de financiamento por dívida. Além disso, conforme colocado pelo autor, no momento em que a riqueza das famílias e o endividamento do consumidor se tornam significativos, a natureza passiva dos gastos de consumo é reduzida (MINSKY, 1986 apud BROCHIER; MENDONÇA, 2018).

Em sua outra publicação, “John Maynard Keynes” (1975), Minsky divide os gastos dos trabalhadores, já que não possuem recursos financeiros e dependem da renda do trabalho passada ou presente, e os gastos dos proprietários, que possuem recursos financeiros. Nesse sentido, Minsky leva em consideração a divisão de classes, que está apenas implícita na função consumo de Keynes, e

¹ Renda relativa é a renda tomada em comparação com a renda média dos demais agentes, e que cresce à medida que o indivíduo melhora sua posição nos estratos de distribuição da renda.

reconhece a contribuição teórica do Michal Kalecki, que considera que trabalhadores e capitalistas possuem propensões a consumir diferentes (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). Na obra intitulada “John Maynard Keynes”, Minsky faz referência aos modelos do Friedman e do Modigliani e destaca que, “quando os gastos com consumo podem depender de financiamento externo e as famílias estão cientes de que a renda possa ser cíclica ou incerta ao longo do tempo, os conceitos tradicionais de renda adotados se tornam menos relevantes” (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 982).

O que se pode concluir, por meio das teorias distintas expostas acima, é que o consumo não é baseado apenas na renda advinda do trabalho. Um elemento adicionado à função do consumo é a riqueza das famílias e, junto a isso, o mercado de capitais e o acúmulo de poupança. Outro fator importante é a distribuição de renda e a posição relativa do indivíduo nessa distribuição e como há propensões a consumir diferentes dependendo da renda. Além disso, passaram a considerar o financiamento externo à renda em uma economia monetária e financeira, implicando em uma maior instabilidade do consumo e a deterioração dos balanços das famílias, com destaque para a relevância do crédito no consumo das famílias. (BROCHIER; MENDONÇA, 2018). Sendo assim, a variável consumo é de extrema importância para a elaboração de políticas econômicas e também para a compreensão sobre os determinantes da decisão de consumir e da fonte de recursos para pagamento.

2.2 Inflação

Para analisar o padrão de consumo, é necessário entender também a inflação, uma variável de extrema importância para análise desse padrão das famílias e para compreender a renda real. A inclusão desta variável na análise é muito importante no Brasil, principalmente tendo em vista o histórico de patamares elevados da taxa de inflação e seus efeitos sobre a renda real das famílias. A década de 1980 foi um período especialmente conturbado para a economia brasileira, com hiperinflação e queda do PIB. O governo brasileiro implementou vários planos de estabilização na tentativa de melhorar esse cenário econômico, principalmente de controlar a inflação, mas a maioria não teve resultado positivo. Isso se deu principalmente pois existem diversas teorias que tentam explicar as causas da inflação, ou seja, causando políticas anti-inflacionárias distintas.

Partindo do conceito do Banco Central do Brasil (2021, n.p.), a “inflação é o aumento dos preços de bens e serviços” consumidos ao longo de um período em uma economia e os efeitos da inflação são facilmente sentidos pela população em geral.

A inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. A inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, n.p.).

Uma das teorias mais antigas, formulada pelos monetaristas, que explica a taxa de variação dos preços com base na taxa de expansão dos meios de pagamento é a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Essa teoria estabelece que “[...] os preços variam diretamente com a quantidade de moeda em circulação, considerando que a velocidade de circulação da moeda e o volume de transações com bens e serviços não se alteram” (CARVALHO, 2000, p. 27). Os monetaristas desenvolvem também que o valor da moeda ou poder de compra varia inversamente com o nível de preços, isto é, o excesso de moeda em circulação faz com que o poder de compra da população aumente e, conseqüentemente, seu consumo e, se a capacidade produtiva da economia não for ampliada, acabará pressionando os preços para cima (ibidem).

Em suma, quanto maior a inflação, menor será o poder de compra da população, pois precisará desembolsar uma maior parte da sua renda no consumo da cesta básica. Além disso, a inflação elevada cria um ambiente desfavorável para investimentos e a geração de emprego. Todo esse cenário gera um impacto diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021). Conforme colocado no artigo publicado por Souza (1995, p.20):

Enquanto houver inflação, sempre haverá perdas no poder de compra aquisitivo dos trabalhadores e, conseqüentemente, mudanças na despesa que compõe o seu orçamento, uma vez que as pessoas procurarão, dentro do espaço orçamentário, alocar melhor os bens e serviços de que necessitam.

A inflação pode impactar de forma diferente cada classe social da população, justamente pela composição do consumo de cada grupo. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, elaborado com base nos dados sobre hábitos de consumo disponibilizados pelo Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma importante referência nesse sentido, uma vez que permite “identificar as diferenças

no comportamento do custo de vida de famílias com rendas distintas”. De acordo com José Oreiro (2020) a proporção dos alimentos em relação a base do consumo das pessoas de baixa renda é maior, ao mesmo tempo que as pessoas de alta renda apresentam uma proporção maior em relação aos serviços, isto é, a classe menor gasta a maior parte da sua renda com alimentação enquanto a classe mais alta gasta mais com serviços.

Portanto, a diferença entre a inflação das classes sociais deve-se à composição de consumo de cada um desses grupos, isto é, para uma família de renda mais baixa, o gasto com alimentos tem maior proporção na base do consumo, enquanto para aqueles com renda maior o consumo com alimentos representa menores proporções.

Vale ressaltar também o impacto do PIB. Um aumento do produto (PIB) leva a um aumento da renda e também a um aumento da renda disponível. Quando a renda disponível aumenta, as pessoas compram mais bens, ou seja, o consumo é uma função da renda disponível (BLANCHARD, 2017).

Considerando as diferentes teorias sobre as variáveis apresentadas neste capítulo, será analisado no próximo capítulo as principais mudanças dessas variáveis e como a população brasileira se comportou diante delas, em um período de grandes mudanças na conjuntura econômica.

3. CAPÍTULO 2: MUDANÇAS DO PADRÃO DE CONSUMO BRASILEIRO - 1990 a 2012

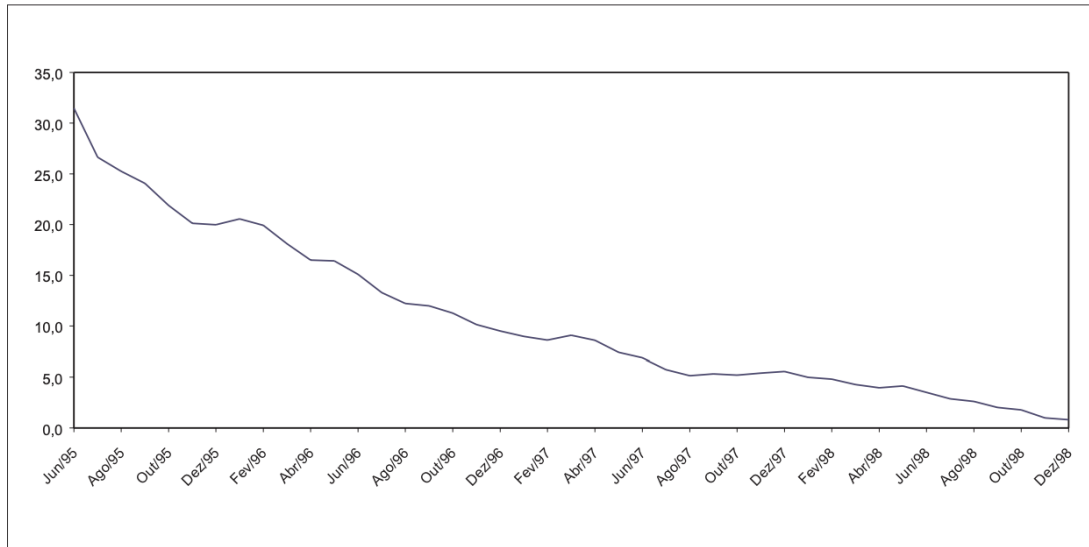
A década de 1990 foi marcada por diversas mudanças econômicas e um período bastante conturbado. Neste capítulo, serão abordados os elementos históricos e as políticas implementadas em cada governo, desde a implementação do Plano Real no governo do Itamar Franco, analisando os impactos do Plano Real, o governo do FHC até o final do governo Lula e suas políticas sociais, que teve grande influência no tema desta monografia.

3.1 Os Efeitos do Plano Real

Depois de muitos planos fracassados com o objetivo de reduzir drasticamente a elevada inflação e melhorar a situação econômica do país na década de 1980, o Plano Real marcou, em 1994, a estabilização da economia brasileira e a mudança do padrão de consumo da população (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Conforme abordado no capítulo 1, a Teoria Quantitativa da Moeda afirma que, quanto maior a inflação, menor será o poder de compra da população, impactando diretamente o consumo da população. Assim, é fundamental destacar o efeito que o Plano Real teve na mudança do padrão de consumo entre 1995 a 1997. O IPCA passou de uma taxa de 47,43% a.m. em junho de 1994 para 6,84% a.m. em julho do mesmo ano e, no acumulado do ano, a taxa foi de 961,43% em 1994 para 22,41% em 1995 (IBGE). O mais importante é que a inflação acumulada anualmente foi decrescente durante quatro meses e meio, chegando a uma taxa de 1,7% no final de 1998 (PINHEIRO *et al.*, 2001). O gráfico extraído do livro “A Economia Brasileira nos anos 90”, da taxa de inflação acumulada em 12 meses, medida pela média do IGP-DI, INPC e IPC-Fipe, evidencia essa curva decrescente como efeito do Plano Real. Em dezembro de 1995, a taxa de inflação média acumulada em 12 meses era de 20%, já em dezembro de 1996 e 1997, essa taxa passou para 9,5% e 5,6%, respectivamente. No mesmo mês de 1998, a taxa atingiu um patamar de apenas 0,8% (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Gráfico 1 – Taxa de Inflação Acumulada em 12 meses – Média do IGP, INPC e IPC-Fipe (%)



Fonte: GIAMBIAGI; MOREIRA (1999, p. 24).

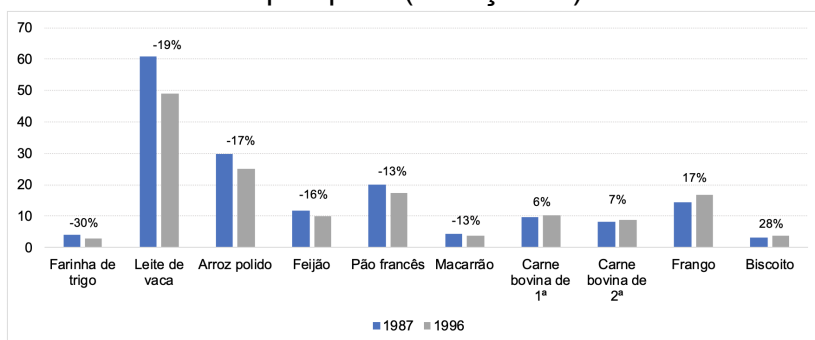
O poder de compra da família brasileira era afetado pela elevada inflação, dado que os reajustes salariais nem sempre, e não de forma homogênea entre os trabalhadores, repunha o salário real. Após o Plano Real, esse cenário mudou. A estabilidade dos preços aumentou o poder de compra dos assalariados (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002), identificado principalmente pelo aumento das vendas do setor de bens de consumo duráveis, que sofreu uma alta de 57,6% em março de 1995, em relação ao mesmo mês de 1994. Além disso, de acordo com dados do comércio do estado de São Paulo, o faturamento avançou 18% no mesmo período (LACERDA *et al.*, 2010).

Outro dado que evidencia essa mudança é o de despesas com consumo, disponibilizado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 1995-1996). A despesa com alimentação teve queda de 12% no período (de 18,72% para 16,39%), a de vestuário queda de 51% e a de transporte 12%. Isso possibilitou que as famílias tivessem um gasto menor para essas três despesas e poderiam gastar com mais outros itens, diversificando sua cesta de consumo (IPEA, 1995-1996).

Na POF de 1996-1996, na tabela de consumo alimentar domiciliar *per capita* de produtos (em kg/ano), pode-se perceber alterações significativas no consumo no período entre as duas pesquisas (1996 e 1987). Dos dez produtos analisados, houve diminuição do consumo em seis deles. A pesquisa retrata a mudança de hábitos alimentares da população, mas vale ressaltar que as variações do consumo ocorridas refletem também a oferta e a demanda dos mesmos no

mercado, conseqüentemente influenciando seu preço médio e sua aquisição (POF 1995-1996). Outro fator que a pesquisa ressalta, que pode ter ocasionado essas alterações, é a introdução de novos produtos no mercado, resultado da abertura comercial (POF, 1995-1996).

Gráfico 2 – Consumo alimentar domiciliar *per capita* de produtos (em kg/ano), no total das áreas da pesquisa (variação %) - 1996/1987



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 1995-1996) Primeiros Resultados, p. 43

Um dos efeitos positivos do Plano Real foi a redução da pobreza no país, dado que o elevado aumento generalizado de preços que existia previamente consumia o poder aquisitivo da população, isto é, aqueles que não possuíam economias e dinheiro extra ficavam sem alternativa e sem recursos para consumir a cesta básica, que estava cada vez mais cara. De acordo com pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019), houve uma redução expressiva de 18,47% da população abaixo da linha da pobreza do país, entre 1993 e 1995, como efeito direto e imediato da significativa redução inflacionária.

Outro efeito relacionado foi o elevado desequilíbrio das contas públicas, ocorrendo um déficit orçamentário. Um dos fatores que impactou o aumento do gasto público foi o salto do valor real do salário mínimo em 1995. Neste ano, o salário mínimo aumentou 43% em termos nominais, em um ano em que a inflação, medida pelo IGP, foi de 15% (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Por meio da proporção de pessoas com rendimento familiar *per capita* igual ou menor do que o valor real de meio salário mínimo de agosto de 1980 (de R \$105,98 de set. 2001) (Tabela 1) é observado também a queda significativa da pobreza entre 1993 e 1995, pelo deflator sendo o INPC. Analisando o dado da área rural e da área urbana, pode-se perceber que nas áreas urbanas a pobreza diminuiu substancialmente entre 1993 e 1995, mas, nas áreas rurais, a redução da pobreza

entre o mesmo período é menos intensa, mas ocorre nova redução entre 1995 e 1999 (HOFFMANN, 2002).

Tabela 1 - Proporção de pessoas com rendimento familiar *per capita* igual ou menor do que o valor real de meio salário mínimo de agosto de 1980 (R \$105,98 de set./2001)

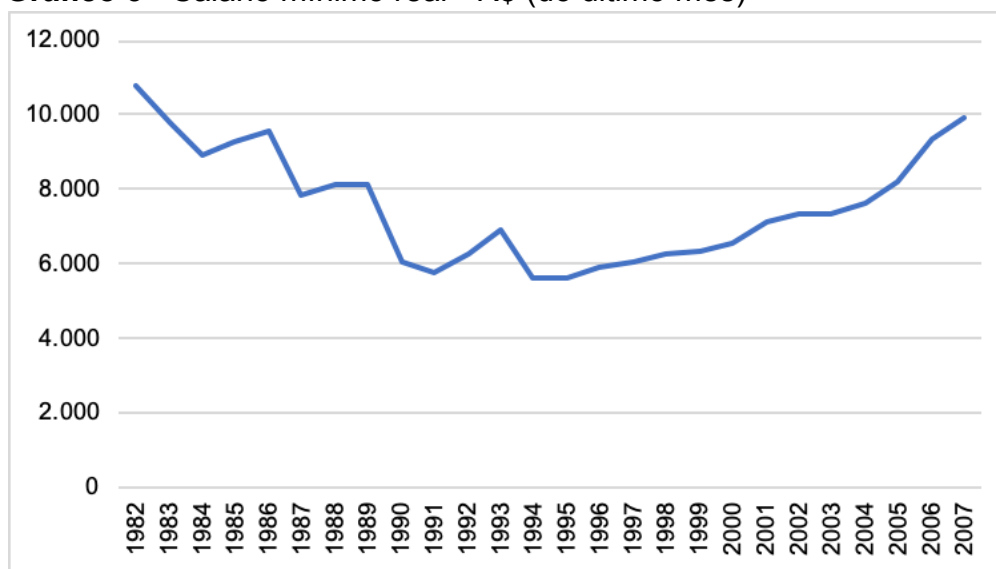
Região	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Brasil	0,478	0,477	0,376	0,377	0,380	0,372	0,381	0,376
Urbana	0,403	0,407	0,298	0,303	0,304	0,297	0,311	0,323*
Rural	0,756	0,737	0,674	0,667	0,674	0,663	0,654	0,650*

*A delimitação das áreas urbanas e rurais muda em 2001

Fonte: HOFFMANN, 2002, p. 230.

Analisando o salário mínimo real² anual, pelo método acumulado, extraído do IpeaData (2021), podemos observar que, após anos de queda do salário mínimo real, a partir de 1994 a curva se torna crescente (gráfico 3). Antes do Plano Real, os ajustes salariais eram feitos quase diariamente, por conta do forte avanço da inflação. Pós Plano, com a inflação estabilizada, não era mais necessário fazer vários ajustes salariais. Vemos isso claramente no gráfico, com picos e quedas até 1995 e um crescimento constante depois desse ano.

Gráfico 3 - Salário mínimo real - R\$ (do último mês)



*Nota: foi deflacionado o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - GAC12_SALMINRE12.

² O salário mínimo real é o valor do salário mínimo nominal abatido o percentual de inflação do mês, o qual é medido através de diferentes índices de preço.

Verificamos também, conforme a tabela 2, a evolução média da distribuição do rendimento familiar *per capita*. Pode-se observar que o crescimento mais intenso no período de 1992 a 2001, em todas as regiões, foi entre 1993 e 1995.

Tabela 2 - Valor real médio, em reais de setembro de 2001, do rendimento familiar *per capita*. Brasil e seis regiões, 1992-2001

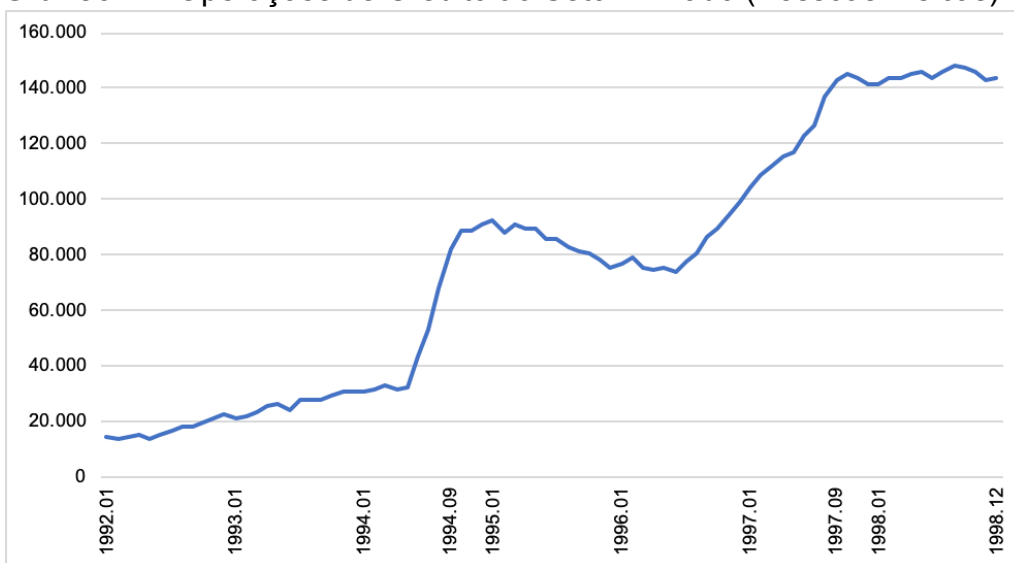
Variação (%)	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1993-1995	31,8	30,9	27,7	38,5	38,1	25,4	15,8
1998-1999	-5,3	-5,8	-3,3	-4,2	-7,6	-3,4	-7,8
1993-2001	29,4	18,8	29,2	36,2	30,9	27,0	24,2

Fonte: HOFFMANN, 2002, p. 224.

Outro fator que impactou, na ótica do consumidor, foi a mudança de estratégia das instituições financeiras. O que aconteceu foi que, durante o período de hiperinflação, a principal fonte de renda de todo o sistema financeiro brasileiro era o chamado *floating*, receita advinda das transferências inflacionárias, ou seja, os bancos ganhavam com a inflação nos depósitos à vista. Após o Plano Real, com a estabilização dos preços e da economia, as instituições financeiras ficariam sem essa fonte de renda, perdendo essa vantagem financeira proporcionada pelos depósitos, e tiveram que adaptar sua estratégia operacional (SOARES, 2002).

Uma das soluções encontradas pelo sistema bancário foi expandir as operações de crédito, desencadeando as estratégias de demanda de crédito. De acordo com Fernando Pimentel Puga, economista do Departamento Econômico do BNDES (PUGA, 1999) nos primeiros meses do Plano Real, a perda das receitas com o *floating* foi de fato compensada pelo aumento das operações de crédito, favorecidas pelo rápido crescimento econômico decorrente da estabilização. Os depósitos à vista mostraram crescimento de 165,4% nos seis primeiros meses do Plano e os depósitos a prazo apresentaram crescimento de quase 40% para o mesmo período (BARROS, 1997 apud SOARES, 2002).

Podemos ver também, por meio do gráfico 4 extraído do IpeaData, as operações de crédito ao setor privado a pessoas físicas, deflacionado pelo IPCA, sofreu um aumento abrupto em setembro de 1994 e de novo, com menos intensidade, no mesmo mês de 1997.

Gráfico 4 – Operações de Crédito ao Setor Privado (Pessoas Físicas)

*Nota: IPCA, 2021.06=1,0 - R\$ (milhões)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - BM12_CSPRIPF12

Esse aumento das operações de crédito teve impacto, principalmente, no setor de bens de consumo duráveis. Isso contribuiu para o aumento de compras de bens de consumo duráveis, incluindo significativo aumento nas importações desse tipo de bem, conforme podemos observar na tabela 3, que expressa o grande aumento no coeficiente de penetração de bens de consumo duráveis.

Tabela 3 – Coeficiente de Penetração: Importação/Consumo Aparente (%)

Categoria de Uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bens de Consumo Não-Duráveis	2,6	3,0	4,0	3,4	3,7	4,4	7,2	7,0	7,9	8,1
Bens de Consumo Duráveis	7,8	9,2	12,9	10,9	11,6	12,3	16,7	18,5	24,9	30,3

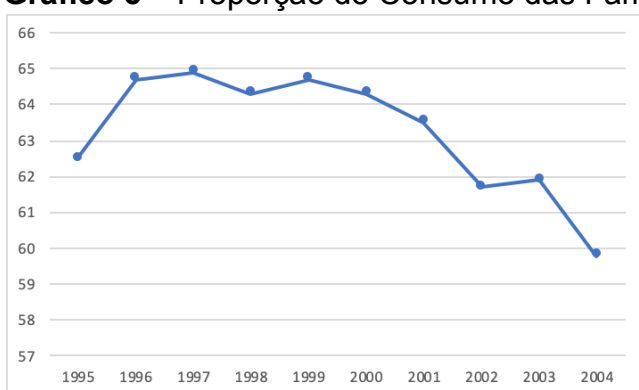
Fonte: GIAMBIAGI;MOREIRA, 1999, p. 307.

Nesse período analisado, houve diversos fatores que, em conjunto, possibilitaram a ampliação do consumo das famílias e a alteração em seu padrão de consumo. O Plano Real efetivamente reduziu a inflação e como reflexo o consumo aumentou, conforme teorizado na TQM, além disso, o rendimento familiar *per capita* sofreu uma variação positiva enquanto o salário mínimo real se estabilizou em um crescimento constante, a pobreza diminuiu significativamente, possibilitando mais famílias a consumirem e também houve a expansão das operações de crédito, possibilitando o empréstimo para o consumo. O aumento do consumo foi evidenciado pela alta das vendas do setor de bens de consumo duráveis, pelo aumento do faturamento do comércio em São Paulo e das despesas de consumo que sofreram variações positivas nesse quesito.

3.2 Pós FHC – “balanço” dos primeiros anos de estabilidade

Enquanto entre 1995 e 1998, no primeiro governo FHC, a variável Consumo das Famílias teve uma expansão acumulada de 3% , no período entre 1999 e 2004, essa variável sofreu uma redução significativa, de 8%. Veremos agora o que impactou para a redução dessa variável.

Gráfico 5 – Proporção do Consumo das Famílias em relação ao PIB (%)

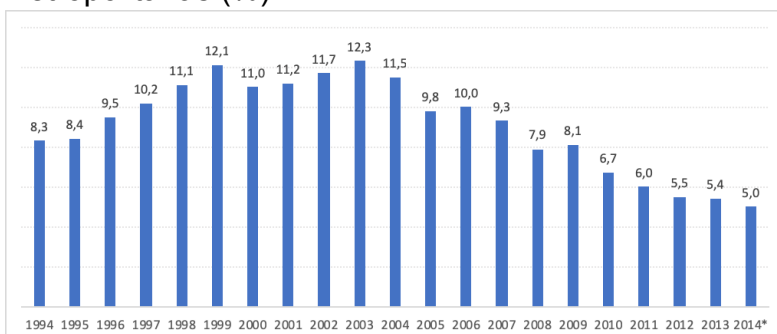


Fonte: GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p. 248.

Um indicador que vale a pena ser analisado para a discussão em questão, e que impacta diretamente no rendimento da família brasileira, é a taxa de desemprego. Entre 1994 e 1999, a taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas do Brasil (gráfico 6) sofreu um aumento expressivo de aproximadamente 46%. O diagnóstico que Giambiagi e Moreira defendem é que a legislação trabalhista, em conjunto com o cenário de abertura comercial, promoveu um estímulo a substituição de mão-de-obra por máquinas (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999), isto é, o valor relativo da mão-de-obra, do ponto de vista do empregador, se tornou relativamente caro em relação a aquisição de bens de capital importados, explicando assim esse aumento do desemprego. Conseqüentemente, houve queda na massa salarial, segundo dados do IBGE (2022) a evolução da massa salarial em 1999 foi de -2,3%, afetando as condições de consumo dessa parcela da população.

No final do segundo mandato do FHC, a política econômica tinha deixado de desejar em termos dos seus efeitos sobre a renda e o emprego. Além da massa salarial que caiu, a taxa de desemprego ficou em patamares elevados entre 1999 e 2003, chegando a 12,3%, a taxa mais alta em 10 anos. Entre a POF de 1995-1996 e a POF de 2002-2003 observa-se um baixo crescimento do emprego e da renda *per capita* (MEDEIROS, 2015).

Gráfico 6 – Taxa de Desemprego Aberto – média 30 dias – das regiões metropolitanas (%)



*Nota: Dados de abril

Fonte: Gomes & Silva da Cruz, 2014, p. 92, apud IBGE

Entretanto, a partir de 2003, a taxa de desemprego começou a cair significativamente, assim como a taxa de pobreza (gráfico 11), que passou de 35,8% em 2003 para 15,9% em 2012, uma queda de 56% (GOMES; SILVA DA CRUZ, 2014, apud IBGE). Isso se deu pela expansão das políticas de transferências de renda e pelo aumento no ritmo de crescimento econômico. Houve o lançamento de algumas políticas ainda no segundo governo do FHC, mas foi no governo Lula que os programas se aprimoraram e expandiram, muito importante do ponto de vista do padrão de consumo. Essas políticas sociais permitiram que o país dispusesse de mais instrumentos de proteção às classes mais desfavorecidas (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Considerando o gasto social direto, que representa aqueles executados diretamente pelo Governo Central e também as transferências vinculadas a gastos sociais realizadas por essa esfera de governo aos governos estaduais e municipais, esse gasto representou 59,9% em 2002 e, já em 2003, passou para aproximadamente 64% (TESOURO NACIONAL, 2016).

A seguir, serão analisados os resultados da POF de 2002-2003, que refletiram as políticas dos dois governos FHC em relação ao padrão de consumo, começando pelas despesas de consumo, que representaram o componente mais importante da estrutura de despesas da família. Em relação ao total das despesas, as despesas de consumo representaram 82,41% para o Brasil. O grupo com a maior participação na despesa de consumo é a Habitação, com 35,50% (gráfico 7). Em relação a POF de 1995-1996, o grupo de Habitação teve alta de aproximadamente 22% (gráfico 8). Cabe dizer que o que mais afetou esse aumento foi o aluguel. O índice IGP-M, usado na correção anual dos contratos de aluguel residenciais, sofreu

uma trajetória de alta significativa a partir de março de 2002 até novembro do mesmo ano (nov. 02 - 5,19%), que refletiu diretamente no grupo de Habitação.

Gráfico 7 – Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesas – Brasil – 2002-2003

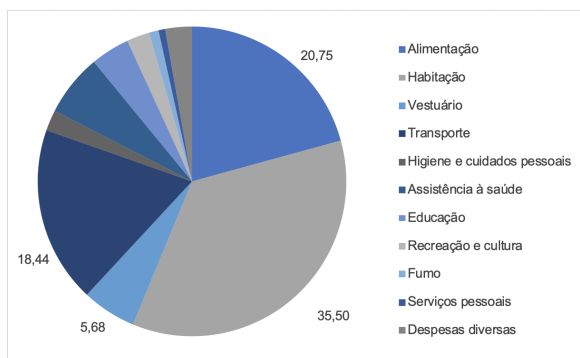
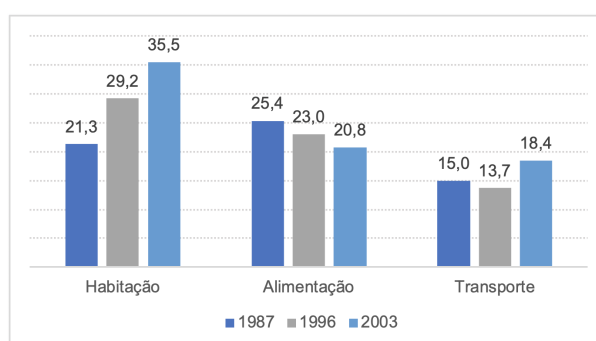


Gráfico 8 – Comparação dos três maiores grupos de despesas das POFs de 1987, 1996 e 2003



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002-2003, 1995-1996, 1986-1987

Esse movimento de alta do aluguel resultou na periferização da população urbana brasileira (MEDEIROS, 2015). A periferização foi um resultado da urbanização no qual desenvolveu "(...) cidades fragmentadas, (...) nas quais tecidos mais densos são cada vez mais excepcionais e novas formas de baixa densidade se organizam em periferias que crescem (...)” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 432). Esse processo também está relacionado a "decadência e renovação de áreas centrais até a expansão sobre as periferias, passando pela efetivação do direito à cidade e do custo do solo urbanizado em contextos gerais de desigualdade." (ob. cit., p. 432). Isto é, cria-se uma condição para migração de pessoas para regiões da periferia urbana, saindo dos lugares mais valorizados. No período em questão, a condição foi o aumento do aluguel e, conseqüentemente, precisando se locomover e aumentando o gasto com transporte.

Analisando a mudança no perfil do consumo, comparando as POF de 1995-1996 e a POF de 2002-2003, o grupo de despesa de consumo que mais aumentou foi o de Transporte (+35%, gráfico 8). Esse grupo representava 13,66% da despesa média de consumo mensal familiar em 1996 e em 2003 esse percentual passou para 18,44%. Outro fator que ajudou nessa alta foi o crescimento das tarifas de ônibus, conduzindo à substituição do transporte coletivo pelo individual (MEDEIROS, 2015).

Outro grupo de despesa de consumo que deve ser considerado é o de saúde e cuidados pessoais. Na POF de 1996-1997, esse grupo representava 11,08%, em relação ao total das despesas de consumo; por sua vez, na POF de 2002-2003, esse percentual foi para 8,66% (considerando a soma dos grupos de Higiene e cuidados pessoais, 2,17%, e Assistência à saúde, 6,49%). Essa queda nas despesas com saúde foi mais acentuada nos estratos de renda mais baixa (DINIZ *et al.*, 2007 apud MEDEIROS, 2015). Conforme abordado por Medeiros (2015), essa queda ocorreu possivelmente pela expansão do Sistema Único de Saúde (SUS), mais especificamente, pela queda do preço dos remédios e pelo aumento da disponibilidade do mesmo pelo SUS. Em 2002, o gasto social do Governo Central do Brasil foi de 1,8% em relação ao PIB, a maior porcentagem daquele ano dentre as seis categorias consideradas sociais.

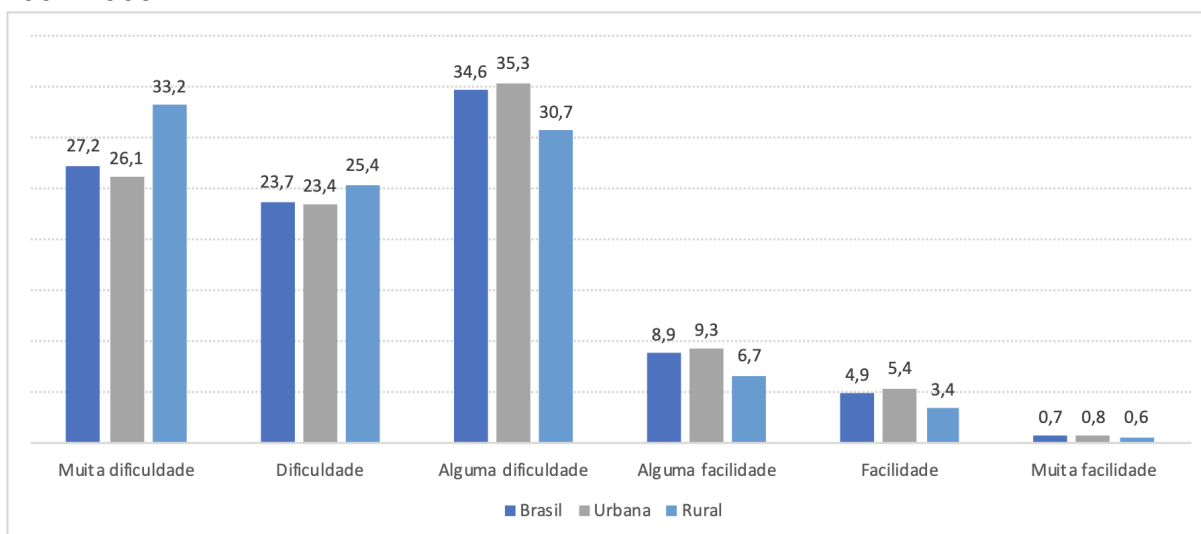
Tabela 4 – Evolução do gasto social do Governo Central – Brasil – 2002 a 2009 – % PIB

Categorias	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Assistência Social	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,3
Previdência Social	8,0	8,2	8,3	8,9	8,9	8,6	8,3	8,9
Educação e Cultura	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8	2,0
Saúde	1,8	1,6	1,8	1,7	1,8	1,8	1,8	2,0
Saneamento Básico e Habitação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Organização Agrária	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
Trabalho e Emprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,9
Total	12,8	12,6	13,2	13,9	14,2	14,2	14,1	15,4

Fonte: Tesouro Nacional, 2016.

Um tópico de pesquisa da POF de 2002-2003 que vale a pena ser mencionado é o de “avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento”, ou seja, se o rendimento total da família durante um mês era suficiente para as despesas daquele mês. O resultado da pesquisa foi que 85% das famílias brasileiras apresentaram algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento familiar. Isso evidencia a grande desigualdade entre as diferentes classes sociais da população em relação ao orçamento familiar.

Gráfico 9 – Distribuição das famílias, por grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento total familiar, segundo a situação do domicílio (%) – Brasil – 2002-2003



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) Primeiros Resultados, p. 106.

Um ponto interessante em relação ao padrão de consumo, é que vários bens e serviços até então considerados de “luxo” e de acesso restrito, passaram a ser consumidos por uma maior parcela da população, tanto das famílias urbanas, quanto rurais. Isso é evidenciado na comparação da POF de 1995-1996 com a de 2002-2003. Entre esses anos, todos os bens duráveis, exceto o automóvel, passaram a ser mais consumidos pelas famílias, com destaque para o microcomputador. Na POF 1995-1996, apenas 6,9% das famílias tinham o microcomputador; no POF seguinte, o percentual era de 21,6% (MEDEIROS, 2015). Essa ampliação está atrelada tanto a um aumento da renda média, quanto a uma redução no preço desses bens, o que viabilizou uma ampliação no consumo.

Ainda assim, por meio dos dados expostos, principalmente a POF de 2002-2003, pode ser visto que o início dos anos 2000 não foi tão benéfico para a população brasileira, em termos de geração de emprego e da renda, limitando as mudanças no padrão de consumo. As políticas sociais só se maturaram no governo Lula, trazendo melhores resultados do ponto de vista da renda e emprego. Veremos os resultados do governo Lula no item a seguir.

3.3 Efeitos do governo Lula e as políticas sociais

Na primeira década do século XXI, houve a melhora de diversos indicadores sociais e, mais especificamente entre 2004 e 2014, o Brasil passou por

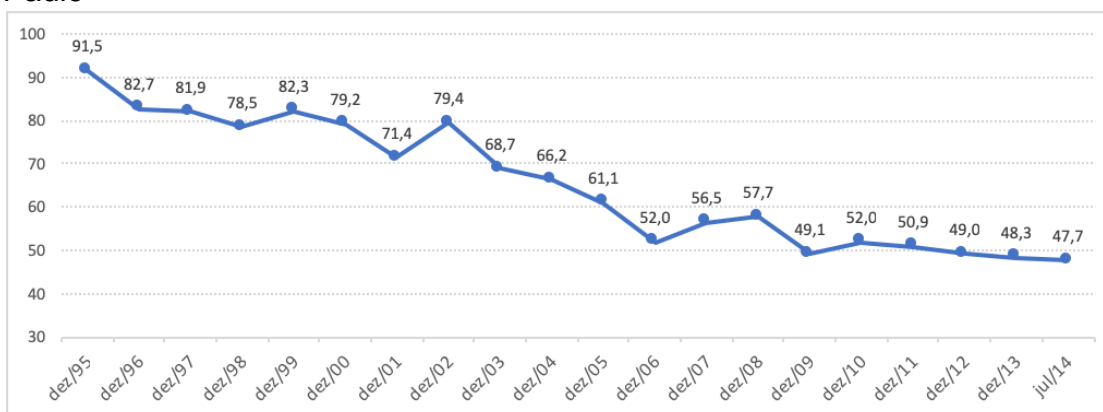
uma forte expansão do consumo, devido ao aumento do poder de compra adquirido pelas famílias de baixa renda, influenciado principalmente pela expansão das políticas de transferência de renda. Também, por conta do declínio na concentração da distribuição da renda pessoal, da renda familiar e dos salários, além do aumento do salário mínimo (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

A principal transformação ocorrida no período e a mais importante para a análise do padrão de consumo é o aumento da renda familiar *per capita*, permitindo a elevação do poder de compra dos 25% mais pobres (MEDEIROS, 2015). A média da renda familiar *per capita* teve uma alta de 20,4% entre a POF de 2002-2003 e a de 2008-2009, indo de R \$696,60 para R \$838,60 (HOFFMANN, 2010).

Isso foi reflexo da elevação do salário mínimo real, que aconteceu mais intensamente entre 2006 e 2009 pois, em 2005, foi implementada a política de valorização do salário mínimo. Essa política foi baseada no índice nacional de preços ao consumidor (INPC) do ano anterior e na variação do crescimento do PIB dos últimos dois anos. Entre 2005 a 2009 o salário mínimo real, deflacionado pelo INPC, sofreu uma alta de 29,3% (GOMES; SILVA DA CRUZ, 2014, apud IBGE). O salário mínimo nominal de 2009 era de R \$465,00 (*ibidem*). Esse aumento do SM também impactou para a redução da desigualdade na renda do trabalho.

Comparando o salário mínimo com o valor da cesta básica, é notado que o SM aumentou em relação à cesta básica, mas também que os preços industriais tiveram queda substancial, decorrente da valorização da taxa de câmbio: “A valorização da taxa real de câmbio da época amorteceu a elevação dos preços dos bens consumidos pelos trabalhadores” (MEDEIROS, 2015, p.64). Em relação ao custo da cesta básica como proporção do salário mínimo em São Paulo, em dezembro de 2002, essa taxa era de 79,4%, chegando a 49,1% no mesmo mês de 2009, uma redução significativa de 38,2% (GOMES; SILVA DA CRUZ, 2014, apud IBGE apud DIEESE).

Gráfico 10 – Custo da cesta básica como proporção do salário mínimo (%) – São Paulo



Fonte: Gomes; Silva da Cruz, 2014, apud DIEESE, p. 97.

Analisando os dados de distribuição do consumo das famílias por faixa de renda, apresentadas na POF de 2002-2003 e na de 2008-2009, é observado que, para as famílias com renda de até 2 SM e de 2 a 3 SM, o aumento foi de 35,4% e 34,5% respectivamente. Em relação a isso, é analisado também o crescimento da despesa *per capita* média no mesmo período de 16,8% no Brasil, 15,7% nas áreas urbanas e 30,3% nas áreas rurais. Esses dados evidenciam a abordagem teórica Keynesiana apresentada no capítulo 1: “as famílias com rendas mais altas consomem mais do que famílias com renda mais baixa”.

Tabela 5 – Distribuição do consumo das famílias por faixa de renda

Em %	POF 2002-2003		POF 2008-2009	
	Famílias	Consumo	Famílias	Consumo
Até 2 SMs	16,38	4,8	21,63	6,5
De 2 a 3 SMs	13,9	5,8	17,42	7,8
De 3 a 5 SMs	20,9	12,1	29,36	20,9

Fonte: IBGE, 2010 apud MEDEIROS, 2015.

Analisando os dados de desigualdade social, um indicador social que pode ser levado em consideração é a distância entre os mais ricos e os mais pobres, que se reduz entre 2001 e 2009. Enquanto a renda *per capita* dos mais ricos da população brasileira aumentou 1,5% ao ano, a renda dos mais pobres aumentou 6,8% (NERI, 2010 apud GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Comparando esse mesmo indicador com a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009, vemos um aumento de 30% da renda dos 50% mais pobres.

Além disso, existe o Índice de Gini, que indica maior desigualdade quanto mais próximo de 1 e maior equidade quanto mais próximo de zero. O Índice de Gini das pessoas ocupadas caiu de 0,596 em 2001 para 0,543 em 2009 (GOMES; SILVA

DA CRUZ, 2014, apud IBGE) e, conforme colocado por Souza, as causas para essa redução foram: a elevação do salário mínimo, conforme já mencionado; o aumento do emprego, principalmente o formal com carteira assinada; o incremento da taxa de escolaridade; e a queda do trabalho infantil (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Além disso, conforme colocado por Hoffmann (2010) ao comparar as POFs de 2002-2003 e 2008-2009, todas as outras medidas de desigualdade (T de Theil e L de Theil) reduziram substancialmente, indicando a redução da desigualdade.

Tabela 6 – Distribuição do consumo das famílias por faixa de renda

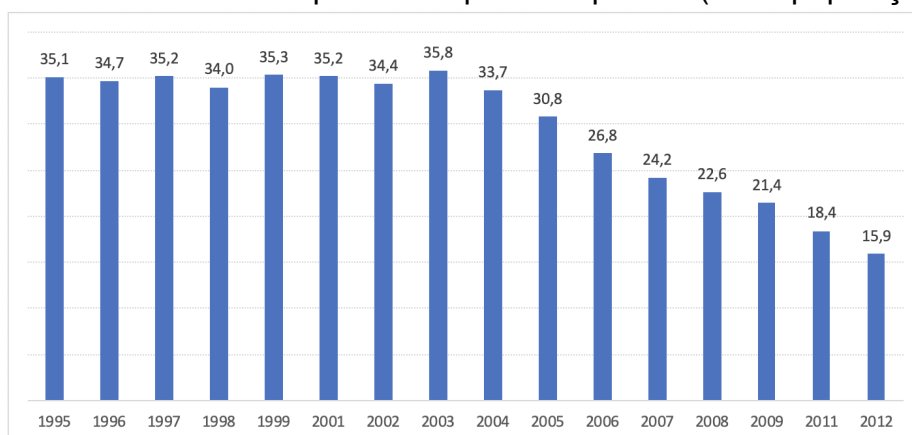
	POF 2002-2003	POF 2008-2009
Índice de Gini	0,591	0,561
T de Theil	0,715	0,635
L de Theil	0,655	0,578

Fonte: IBGE, 2010 apud HOFFMANN, 2012.

Outro fator que impactou também a queda da desigualdade social importante para a análise em questão foi o maior acesso ao crédito para as classes de renda mais baixa, facilitado por políticas públicas, como a do “Crédito Consignado”, permitindo também a popularização do acesso aos bens, expandindo o consumo (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Do ponto de vista do emprego, é possível notar que houve uma melhora significativa. Conforme já visto no item 2.2 (gráfico 6), a taxa de desemprego começou a cair significativamente a partir de 2003. Desse ano até 2009, a queda foi de 34% aproximadamente, chegando a uma taxa de 8,1% em 2009. Houve também o aumento da massa salarial, chegando a 8,3% em 2005, e a geração líquida de postos de trabalho em empregos formais foi de 1.523.000 em 2004, aumento considerável de 132% em relação a 2000 (657.000 postos de trabalho) (GOMES; SILVA DA CRUZ, 2014, apud IBGE).

A taxa de pobreza, ou seja, a quantidade de pessoas pobres em relação a população total, também caiu consideravelmente nos anos 2000. Em 2003 essa taxa estava em 35,8% e até 2012 essa taxa caiu constantemente, até atingir 15,9% em 2012, representando uma queda de 56%. Um ponto importante a ser levado em consideração na redução da taxa de pobreza é a ampliação no Programa Bolsa Família e da previdência rural, que tiveram grande impacto nas áreas rurais, principalmente na região Nordeste, o núcleo histórico da pobreza no país (MEDEIROS, 2015).

Gráfico 11 – Taxa de pobreza – pessoas pobres (% da população total)

Fonte: Gomes; Silva da Cruz, 2014, apud Ipeadata, p. 103

A queda na concentração de renda e nos indicadores de pobreza contribuíram para a grande expansão do consumo interno, decorrente da combinação da redução da pobreza, do aumento da renda familiar *per capita* e da redução do desemprego principalmente. Isso está relacionado aos programas sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família, criado em 2004 ao unificar programas federais pré-existentes de transferência de renda, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Erradicação do Trabalho Infantil. Ao longo da década, as transferências sociais atingiram 15% do PIB (IPEA 2014 apud MEDEIROS, 2015).

Esse período analisado foi marcado por uma grande melhora dos indicadores sociais e, conseqüentemente, no padrão de consumo da população de baixa renda. Através da elevação do salário mínimo real, que aumentou a renda *per capita* familiar, da valorização da taxa de câmbio, do aumento do emprego, e do maior acesso ao crédito, houve a expansão do consumo, não só em itens da cesta básica, que diminuíram seu valor, mas para outros fins.

4. CAPÍTULO 3: AS CRISES E O IMPACTO SOBRE O CONSUMO A PARTIR DE 2015

Conforme abordado no capítulo 2, o Brasil vivenciou uma expansão do mercado consumidor interno, influenciado pelo aumento da renda familiar (derivado de programas de transferência de renda, do aumento do salário mínimo real, da maior geração de emprego e de maior acesso ao crédito). Isso acarretou no aumento do poder de compra das famílias e no crescimento da economia brasileira. Esse cenário de crescimento e avanço nos dados de emprego e diminuição da desigualdade mudou a partir de meados de 2014. Nesse período, houve o aumento do número de trabalhadores desocupados, desalentados e inativos, nos quais a renda do trabalho é nula, e a taxa de pobreza, que vinha tendo uma trajetória de queda do ano 2003 a 2012, cresceu consideravelmente no período 2015 a 2017 (NERI, 2019).

Neste capítulo será analisado o comportamento do consumo perante à trajetória de crise a partir de 2015, usando como instrumento os resultados da POF de 2017-2018 em comparação com os da POF de 2008-2009. É importante destacar que entre os anos de 2009 a 2017 a economia brasileira passou por diversos ciclos, como a recuperação da crise de 2008 e a crise instalada em 2014, na qual o país só começou a se recuperar em 2017. Por isso, os dados das POFs mencionadas não permitem medir separadamente os efeitos da crise em questão, mas permitem avaliar se ela foi capaz de reverter a melhoria de bem-estar observada no período anterior (HOFFMAN; VAZ, 2020).

4.1 Crise de 2014 e seus impactos

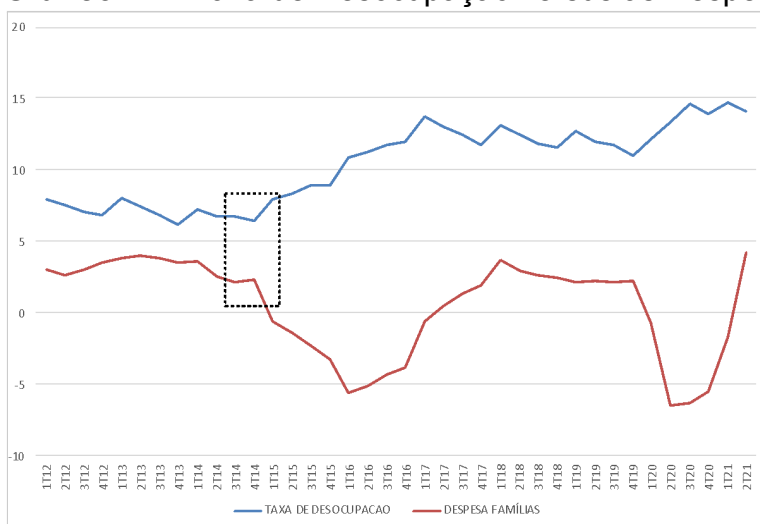
Após anos de aceleração da atividade econômica e da rápida recuperação depois da crise de 2008, com crescimento de 2,3% já no segundo trimestre de 2009, acima da média dos países da OCDE, a economia brasileira começou a desacelerar em 2011 e, em 2014/15, o país mergulhou em uma grande recessão. Em relação ao crescimento da economia, no quarto trimestre de 2014, já houve um decréscimo de 2,5 p.p. na variação do PIB, versus o PIB do terceiro trimestre de 2014, que apresentou variação de 0,5%. Conforme colocado por Quadros (2021, p.5), o ano de 2012 marcou o final do ciclo de crescimento iniciado em 2004: “Em 2013 tivemos forte retração que foi momentaneamente revertida em 2014, ano de eleições e forte expansão do gasto público”.

Tabela 7 – Taxa de Variação do PIB

Setores e subsetores	DILMA							TEMER				BOLSONARO			
	4T11	4T12	4T13	4T14	1T15	2T15	3T15	4T15	4T16	4T17	4T18	4T19	4T20	1T21	2T21
PIB a preços de mercado	4,0	1,9	3,0	0,5	-1,6	-2,2	-2,9	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,4	-4,1	1,0	6,4
Despesa de consumo das famílias	4,8	3,5	3,5	2,3	-0,6	-1,4	-2,3	-3,2	-3,8	2,0	2,4	2,2	-5,5	-1,7	4,2
Despesa de consumo da administração pública	2,2	2,3	1,5	0,8	-0,4	-1,0	-1,3	-1,4	0,2	-0,7	0,8	-0,4	-4,7	-4,9	-0,4
Formação bruta de capital fixo	6,8	0,8	5,8	-4,2	-9,4	-10,8	-12,2	-13,9	-12,1	-2,6	5,2	3,4	-0,8	17,0	24,3
Exportação de bens e serviços	4,8	0,7	1,8	-1,6	4,1	6,7	5,0	6,8	0,9	4,9	4,1	-2,4	-1,8	0,8	7,8
Importação de bens e serviços (-)	9,4	1,1	6,7	-2,3	-5,3	-8,2	-12,3	-14,2	-10,3	6,7	7,7	1,1	-10,0	7,7	13,4

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

Conforme já abordamos nesse trabalho, o consumo das famílias é o componente de maior peso relativo no PIB pela ótica da demanda. Conforme dados da tabela 7, enquanto três dos cinco setores apresentaram queda já no quarto trimestre de 2014, a despesa de consumo das famílias retraiu apenas no trimestre seguinte. Isso nos permite concluir que o consumo das famílias é afetado negativamente pela recessão, e não o contrário, e as famílias ‘sentem’ depois os efeitos da crise. O consumo das famílias é realmente impactado quando o desemprego começa a aumentar, reflexo da crise econômica. Isso pode ser observado nitidamente no gráfico 12 do quarto trimestre de 2014, quando a taxa de desocupação aumenta ao mesmo tempo que as despesas de consumo das famílias se contraem de forma significativa.

Gráfico 12 – Taxa de Desocupação versus as Despesas Familiares

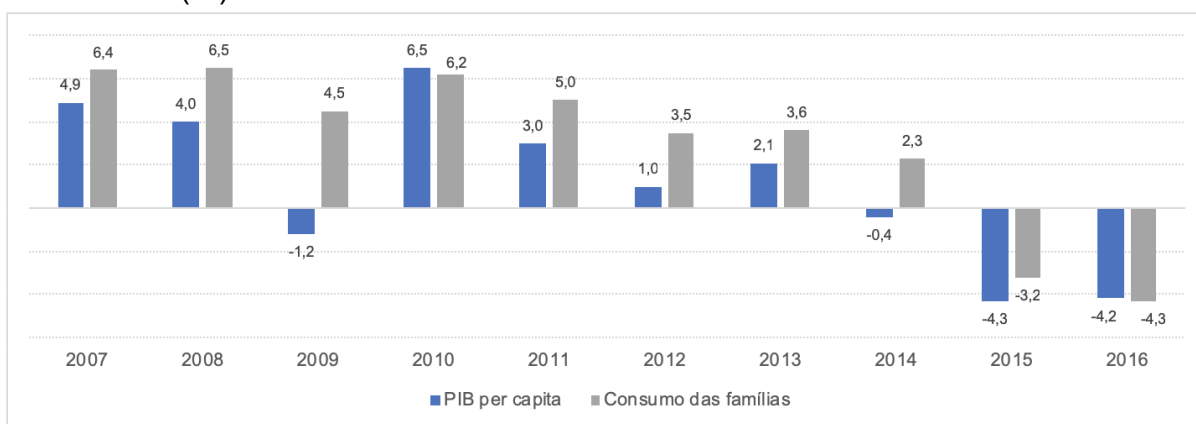
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Comparando também o consumo das famílias com o PIB *per capita* (gráfico 13), pode ser observado que existe uma relação positiva entre suas variações. Fica claro também a relação de que as despesas das famílias, nos anos de 2009 a 2014, não foram reduzidas, permanecendo com taxas positivas de crescimento real, enquanto o PIB *per capita* já começa a registrar quedas,

evidenciando que o componente mais importante da ótica da demanda é impactado a posteriori. Em 2015 e 2016, todo o cenário econômico brasileiro começou a pesar negativamente no consumo e no PIB *per capita* e, no acumulado em dois anos, eles decresceram 7,4% e 8,4% respectivamente, maiores quedas dos indicadores até aquele momento (SIS, 2017).

As principais quedas no consumo das famílias ocorreram em produtos como Automóveis, Comércio e reparação de veículos, e Eletrodomésticos, o que denota também o esgotamento das políticas de estímulo à demanda colocadas em prática nos anos anteriores (IBGE – SIS, 2017, p. 13).

Gráfico 13 – Variação em volume do Produto Interno Bruto *per capita* e do consumo das famílias (%) – Brasil – 2007-2016



Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2017, p. 13.

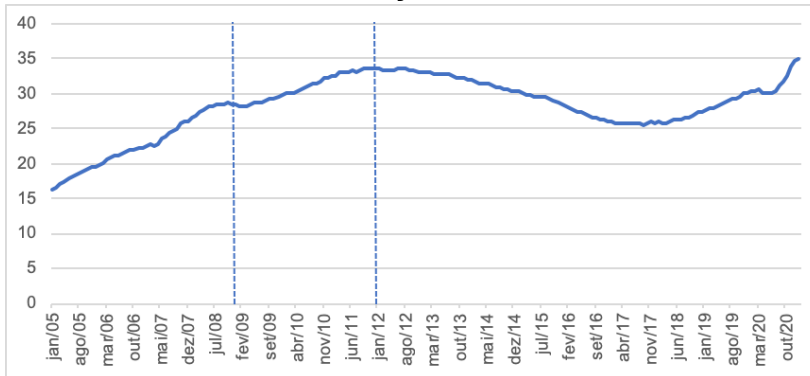
Em relação ao mercado de trabalho, houve mudanças significativas, como podemos perceber no gráfico 12, entre 2012 e 2016. Vimos no capítulo 2 que a economia brasileira apresentou forte crescimento econômico, com queda do desemprego. Entretanto, isso se esgotou com a crise de 2014 e o aumento da desocupação foi um dos principais efeitos negativos, ampliando a desigualdade social e a vulnerabilidade de grupos populares específicos (SIS, 2017). Segundo a PNAD Contínua, a taxa de desocupação mostrou forte crescimento nos anos de 2015 e de 2016, superando os 10%, enquanto o nível de ocupação da população em idade de trabalhar registrou o oposto, ficando evidente a saída de trabalhadores da situação ocupadas para a de desocupados (IBGE – PNAD Contínua 2012-2016). O que aconteceu nesse período, e que também tem papel fundamental para a discussão do padrão de consumo, foi o aumento do peso das ocupações de trabalhadores por conta própria, que registrou crescimento de 22,9% para 24,7% de 2012 a 2016. No terceiro trimestre de 2017, a variação anual da parcela da população que possui emprego informal – trabalhadores sem carteira assinada e

conta própria sem previdência – atingiu aproximadamente 15%, um grande aumento em relação ao mesmo trimestre de 2016, que representava aproximadamente -4% (IBGE – PNAD Contínua 2012-2016).

Um fator importante para ser analisado na monografia em questão é o gasto do governo que, conforme vimos no capítulo 2.3, reflete diretamente a renda disponível e o consumo da população. As despesas do governo retraíram de 2010 para 2015, mas não tão intensamente, isso porque o período anterior passou por grande expansão dos gastos públicos, entretanto os gastos tributários de natureza social aumentaram 0,8 p.p. do PIB. Além disso, tem o gasto com o seguro-desemprego que, apesar de ter desacelerado de 2009 a 2010, manteve-se um crescimento constante de 2010 até 2015, representando 9,32% do PIB em 2015 (TESOURO NACIONAL, 2016). Esses dados nos mostram que, apesar da recessão e da variável do PIB despesas do governo ter retraído, o gasto do governo com os programas sociais aumentou e isso foi fundamental no período de crise para a população brasileira não ter sofrido tantos os efeitos da mesma.

Entretanto, os programas públicos de transferência de renda do governo anterior, já discutidos anteriormente, que tiveram grande influência no padrão de consumo, alcançaram um patamar expressivo que indicou a impossibilidade de sua ampliação substancial no quadro fiscal (CARNEIRO *et al.*, 2018). Segundo o Banco Central do Brasil (2022), a dívida líquida do setor público, em relação ao PIB, passou de 31,4% em 2014 para 41,0% em 2016. Junto a isso, olhando os dados de endividamento das famílias, é possível perceber que a partir de 2009 até 2012 o aumento foi constante (gráfico 14) evidenciando que o consumo teve um papel mais relevante nesse período por conta do aumento do crédito das famílias e não por conta de programas governamentais de repasse de renda. O endividamento das famílias em relação à renda atingiu seu auge em 2015, representando 45,9% da renda, enquanto a taxa de investimento do país reduziu de 19,9%, em 2014, para 17,8% em 2015 e caindo para 16,1% em 2016 (SIS, 2017).

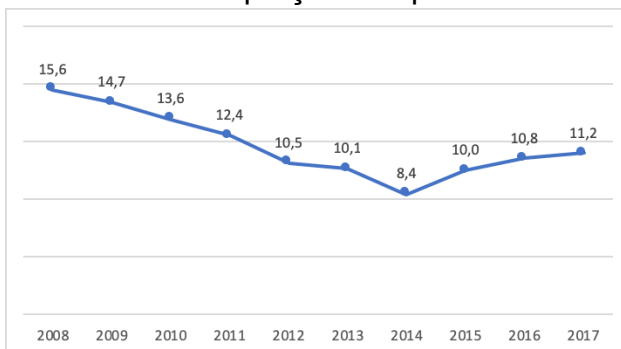
Gráfico 14 – Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - BCB-DSTAT

O que impactou tudo isso também foi a queda da renda, que sofreu grandes alterações, principalmente das camadas mais pobres. Desde o final de 2012 até o começo de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17%, enquanto a dos 10% mais ricos sofreu uma retração de somente 3%. Por sua vez, recortando apenas o 1% mais rico, a renda cresceu 10% no mesmo período, gerando um aumento também na desigualdade social (NERI, 2019). Isso impactou consideravelmente a quantidade de pobres no país. Conforme visto no capítulo 2, a taxa de pobreza caiu consideravelmente até 2012 e continuou caindo até 2014, porém isso mudou no período de crise e os gastos sociais do governo não conseguiram conter, crescendo consideravelmente de 2015 para 2017. Através de uma pesquisa feita pela FGV Social (NERI, 2019) observou-se que em 2015 a pobreza subiu 19,3%, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Esse número é ainda maior considerando o período de 2014 a 2017, que apresentou aumento de 33%, passando de 8,38% para 11,18% da população brasileira, representando 23,3 milhões de pobres no país.

Gráfico 15 – Proporção dos pobres no Brasil (%) – Série harmonizada



Fonte: NERI, FGV Social – A Escalada da Desigualdade, 2017, p.13

Por meio de uma pesquisa realizada por Quadros (2021), é possível constatar que a Classe Média conseguiu preservar seu padrão de consumo sem bruscas alterações no período da crise, apesar de terem perdido um pouco do seu rendimento em 2014 e 2015. Pode-se concluir, então, que os mais pobres sofreram a crise dobrada em relação à média geral da população brasileira, enquanto a classe mediana teve uma perda muito menor, período no qual houve congelamento nominal do Bolsa Família e as taxas de inflação e de desemprego atingiram os dois dígitos (NERI, 2019).

Analisando as despesas, é observado algumas alterações interessantes. Comparando os resultados da POF de 2008-2009 e 2017-2018 da despesa média mensal familiar (tabela 8), é observado que o aumento do ativo das famílias reduziu 26,5%, perdendo participação na composição da despesa, enquanto as despesas com o pagamento de dívidas e encargos, representado pela diminuição do passivo, aumentou 63,6%. Conforme colocado por Hoffmann, isso pode ser explicado pela ampliação do crédito e pela crise econômica de 2014:

A partir de meados de 2014 a crise econômica levou à elevação da taxa de desemprego e ao aumento do endividamento das famílias. Como consequência, quando a POF 2017 iniciou a coleta dos dados, em junho de 2017, 8% das famílias declarava possuir dívida imobiliária e 76,9% delas, dívida no cartão de crédito, face aos percentuais de 3,1% e 67,7% em janeiro de 20105, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Peic/CNC) (HOFFMANN, 2020, p. 8).

Tabela 8 – Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, segundo os tipos de despesas selecionadas, e variação da média mensal familiar, Brasil, 2008-1028

Despesa	POF 2008-2009		POF 2017-2018		Variação da média mensal familiar (%)
	Média mensal familiar (R\$)	Distribuição (%)	Média mensal familiar (R\$)	Distribuição (%)	
Despesa Total	4.433,56	100,0	4.649,00	100,0	4,9
Despesas correntes	4.084,89	92,1	4.309,86	92,7	5,5
Despesas de consumo	3.603,77	81,3	3.764,51	81,0	4,5
Outras despesas correntes	481,12	10,9	545,34	11,7	13,3
Aumento do ativo	256,75	5,8	188,76	4,1	-26,5
Diminuição do passivo	91,92	2,1	150,38	3,2	63,6

Fonte: HOFFMANN, 2020, p. 7.

Assim sendo, a expansão do consumo das famílias em 2004 ocorreu em decorrência do aumento da renda, mas também da ampliação do crédito à pessoa física. Contudo, com a crise de meados de 2014, com o mercado de trabalho desfavorável, crescimento no número de trabalhadores desocupados, desalentados e inativos, contribuiu para a aceleração do endividamento das famílias. Outro fator

que piorou o cenário da população brasileira foi a redução do incentivo do governo através de programas de repasse de renda, que atingiram seu ápice. Importante citar também a política de aperto monetário implementada pelo Banco Central do Brasil em 2013 para conter os preços.

Antes de aumentarem a taxa básica de juros, houveram dois processos, um de desoneração tarifária, que impactou muito na vida das famílias brasileiras, e consistiu na diminuição dos impostos dos alimentos da cesta básica e de higiene e na passagem de ônibus (IPI e PIS/COFINS), ademais houve a desoneração da folha de pagamento para setores intensivos em mão de obra (MESQUITA, 2014). A outra ação que adotaram foi o “controle artificial de preços”, no qual houve:

O cancelamento do aumento das tarifas de transporte público (e redução para níveis pré-2013, em alguns casos), a elevação do subsídio às tarifas de eletricidade para que a elevação nos preços de energia não fossem repassados aos consumidores, e a manutenção dos preços dos combustíveis abaixo do nível internacional (MESQUITA, 2014, p. 11).

Essas duas medidas fizeram com que a população não sentisse de imediato os efeitos da crise e o aumento dos preços, porém foi necessário o aumento da taxa Selic de qualquer jeito, passando de 7,5% no começo do ano para 10% no final do ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

4.2 A Pandemia e seus efeitos catastróficos

Cinco anos após a recessão brasileira de 2015, a maior crise mundial se instaurou. Em março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o estado de pandemia do Covid-19. A crise foi inicialmente sanitária, mas os efeitos foram tantos que se tornou uma crise mundial sanitária e econômica. O que mais teve impacto nas atividades econômicas foi a medida de restrições sociais, por conta da quarentena implementada. Entretanto, a situação da população brasileira antecedente à crise causada pela pandemia já era preocupante, com ampliação da pobreza e da desigualdade.

De acordo com estudo especial do Banco Central (2019), em dezembro de 2019, a população brasileira com carteira de crédito ativa alcançou 85 milhões de tomadores e, dentro desse universo, 4,6 milhões (5,4%) foram classificados como endividados de risco³. A partir de junho de 2016, observa-se uma redução de

³ É aquele tomador de crédito que atende a alguns critérios, como a inadimplência de parcelas do crédito, o comprometimento da renda mensal acima de 50% devido ao pagamento do serviço das dívidas, exposição simultânea a três modalidades de crédito (cheque especial, crédito pessoal sem

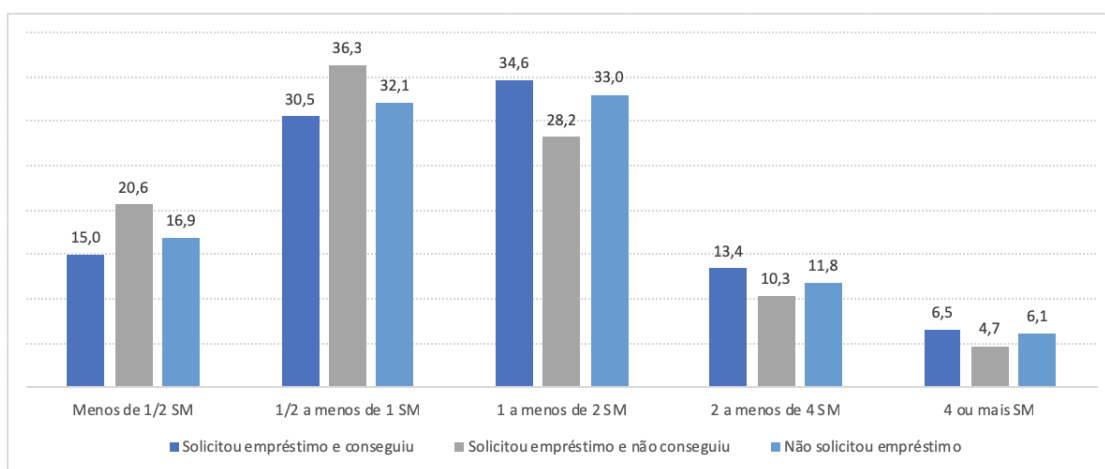
aproximadamente um milhão de tomadores nessa situação até dezembro de 2018. Contudo, a quantidade voltou a subir em 2018, atingindo os mesmos patamares logo depois do início da série em setembro de 2016, de cerca de 4,8 milhões de tomadores, com leve queda no último trimestre da série.

De acordo com a PNAD Covid-19 (2020, p.47), do total de:

[...] 68,7 milhões de domicílios, em cerca de 5,4 milhões (7,9%) algum morador solicitou empréstimo, sendo que em 4,6 milhões (6,7%) a solicitação foi atendida e, em 805 mil (1,2%), o empréstimo não foi concedido. Em comparação com o mês de agosto foi observado um aumento do percentual de domicílios nos quais algum morador solicitou empréstimos (0,8 p.p.), acompanhado por um acréscimo na proporção de domicílios em que a solicitação de empréstimo foi atendida (0,7 p.p.).

É importante salientar que, dos domicílios que solicitaram e não conseguiram empréstimos, 56,9% pertencem às duas classes de rendimento mais baixas (menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e de $\frac{1}{2}$ s.m. a menos de 1 s. m.) (ibidem).

Gráfico 16 – Distribuição dos domicílios segundo a solicitação de empréstimos, por classe de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos (%) - Brasil - setembro de 2020



Fonte: PNAD COVID19, IBGE, set. 2020.

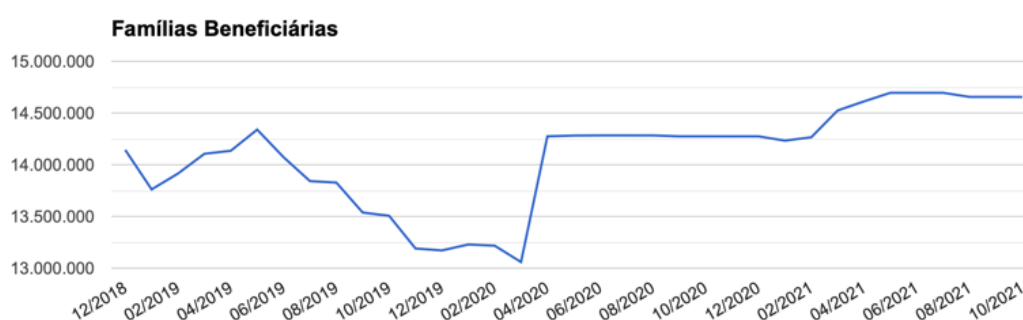
Além disso, em 2019, a situação da política de assistência era delicada. No capítulo anterior foi observado a importância dos programas sociais para a forte expansão do consumo popular, por terem aumentado o poder de compra das famílias de baixa renda, diminuindo assim a pobreza e desigualdade.

No que diz respeito às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), um dos mais importantes no Brasil, observa-se um movimento significativo.

consignação e crédito rotativo) e/ou renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza.

No começo de 2019, todas as famílias que atendiam os critérios de elegibilidade do PBF foram incluídas na folha de pagamento e em maio do mesmo ano a quantidade de famílias beneficiadas alcançou 14,3 milhões, segundo Ministério da Cidadania, sendo esse o maior número de famílias beneficiadas desde o início do programa, 2004. Após esse pico, conforme notado no gráfico 17, a redução das famílias beneficiadas foi significativa e, mesmo com o número baixo de famílias, a fila de famílias habilitadas que não entraram no programa era de 1,4 milhões (IPEA, 2021).

Gráfico 17 – Quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - 2018 a 2021

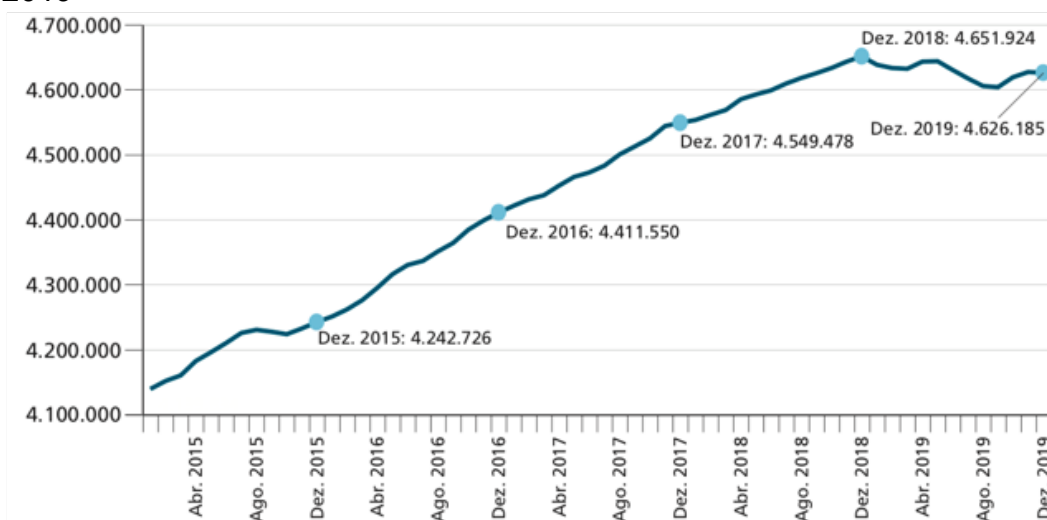


Fonte: Secretaria de avaliação e gestão de informação (SAGI) - Ministério da Cidadania

Com o impacto da pandemia, foi necessário mudar esse cenário e incluir mais famílias no programa. Em abril de 2020, foi incorporado 1,22 milhões de famílias, após a concessão da MP nº 929, que destinou R \$3 bilhões em créditos extraordinários para o PBF. Entretanto, após essa inclusão em abril, o número de famílias manteve-se no mesmo patamar de 14,3 milhões até o começo de 2021, muito por conta da implementação de auxílios emergenciais para enfrentar a pandemia (IPEA, 2021).

Outro programa importante de ser mencionado, que também tem grande relevância na redução da pobreza e desigualdade, é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Antes da pandemia, já se observou uma redução do número de beneficiários desse programa. Durante oito meses de 2019, houve queda no volume de pagamentos quando comparado com o mês anterior e em dezembro de 2019 verificou-se a redução de 25,7 mil beneficiários em relação ao mesmo mês de 2018, passando de 4.651.924 para 4.626.185 (queda de 0,6%) (IPEA, 2021).

Gráfico 18 – Evolução mensal da quantidade de benefícios pagos - BPC - 2015 a 2019



Fonte: IPEA, 2021, p. 72.

Diante do cenário da crise sanitária, foi implementado pelo governo o Auxílio Emergencial, benefício para a população de baixa renda e trabalhadores informais para o enfrentamento da crise, devido principalmente ao isolamento social vigente que dificultou mais significativamente essa parcela da população. Segundo informações do Ministério da Cidadania, o pagamento do Auxílio Emergencial alcançou 68,2 milhões de pessoas, distribuindo R \$294 bilhões em 2020. Esse auxílio, constatado por diversos estudos, teve grande importância na mitigação dos efeitos da crise econômica desse período. O benefício elevou a média da renda domiciliar *per capita* em R \$178,00 e em agosto de 2020 havia 50,2 milhões de pobres no Brasil, 15 milhões a menos do que em 2019 (NERI, 2020 apud. IPEA, 2021).

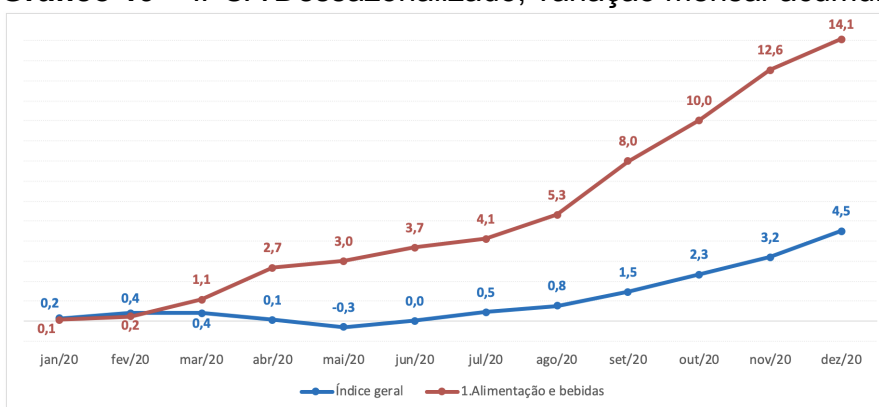
Essa assistência social foi fundamental também para a redução da pobreza no país, isso fica em evidência ao comparar os dados de pobreza de 2019 com os de 2020. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a proporção da população na extrema pobreza e na pobreza, segundo as linhas do Banco Mundial, passou de 6,8% em 2019 para 5,7% em 2020 e 25,9% para 24,1% da população, respectivamente. Caso não houvesse os benefícios dos programas sociais, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria saltado para 12,9% e a taxa de pessoas na pobreza subiria para 32,1% (IBGE, 2022).

Ainda nesse aspecto, por meio de um estudo feito por Salata e Riberto (2020), foi constatado que a desigualdade de renda⁴ reduziu 11,3%, passando de 0,538 para 0,477 entre agosto de 2019 e 2020, devido principalmente à implementação dos auxílios emergenciais pois, ao estimarem como o coeficiente ficaria se não houvesse os auxílios emergenciais, a desigualdade seria 17,3% maior.

Esses programas de repasse de renda disponibilizados pelo governo brasileiro e a política monetária expansionista adotada pelo Banco Central do Brasil em 2020 incentivaram o consumo da população. No que tange a injeção de liquidez na economia brasileira, o principal mecanismo foi mediante a redução da taxa básica de juros (Taxa Selic) que chegou a apenas 2,0% a.a. em agosto de 2020. Com o aumento do consumo, a demanda por bens aumentou, no entanto a oferta não seguiu no mesmo ritmo e, pela lei básica da economia de oferta e demanda, isso ocasiona o aumento da inflação. Esse foi o cenário vivenciado pelo brasileiro no meio de 2020 e 2021 e também pelo resto do mundo.

O grupo que mais tem peso no IPCA é o de Alimentos e Bebidas e o de Transportes e podemos perceber que no período do gráfico abaixo o que mais teve influência para o aumento da inflação foi o de Alimentos e Bebidas. No gráfico 19 as variações mensais dos preços dos alimentos superaram as variações mensais do índice geral de preços em março de 2020, que tendem a caminhar próximas, e em dezembro do mesmo ano a inflação acumulada no ano foi de 14,09%, enquanto a do índice geral foi de 4,51%.

Gráfico 19 – IPCA Dessazonalizado, variação mensal acumulada no ano (%) – 2020



Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (atualizado em abril de 2022)

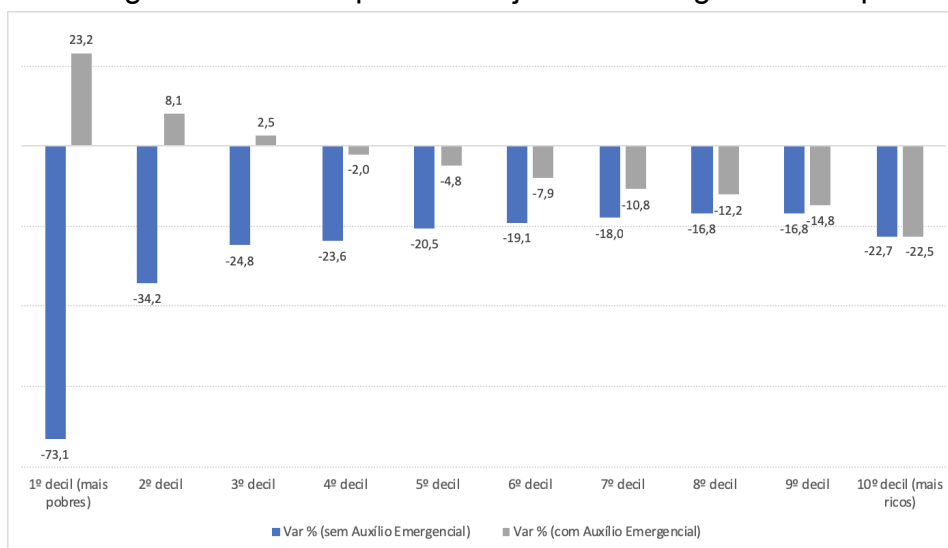
⁴ A desigualdade da renda no caso foi medida pela média do coeficiente de Gini das Regiões Metropolitanas do Brasil.

Esse resultado do IPCA influencia diretamente na vida da população através do aumento do custo da cesta básica. No acumulado de 2020, os alimentos que mais subiram de preços foram alimentos populares, como feijão preto, o leite, o arroz e batata, entre outros (IPEA, 2021). Importante destacar que esse encarecimento da alimentação veio em um contexto de perda de rendimento do trabalho decorrente da pandemia, que será abordado mais à frente.

Essa pressão sobre os preços dos alimentos foi puxada principalmente pelo aumento dos alimentos no domicílio, demonstrando uma mudança significativa no hábito alimentar, já que, no período de quarentena, a alimentação dentro do domicílio foi predominante. A partir de abril de 2020, a variação acumulada do ano do subgrupo Alimentação no domicílio superou a Alimentação fora do domicílio, e em dezembro de 2020 a variação foi de 18,15% e 4,78% respectivamente (IBGE, 2022). Outro ponto é que as famílias de baixa renda começaram a gastar parte significativa da renda com refeições domésticas, já que muitas escolas e estabelecimentos que ofereciam refeições foram fechadas durante esse período, pressionando a inflação desse grupo ainda mais.

É evidente que alguns estratos ficaram mais vulneráveis diante desse cenário de crise; entretanto, os programas de repasse de renda tiveram impacto positivo na renda média da população brasileira. O rendimento médio dos três primeiros decis, que correspondem a população mais pobre, aumentou entre 2019 e agosto de 2020 e isso só foi possível devido ao auxílio, caso contrário, a renda média desses grupos teria reduzido significativamente. Isso não significa que houve uma melhora do bem-estar para esses estratos mais vulneráveis, ou seja, eles não tiveram uma mudança no padrão de vida, mas foi evitado que fossem brutalmente atingidos por ela (SALATA; RIBEIRO, 2020). O impacto não foi o mesmo para os decis de renda medianos, que tiveram perdas no rendimento médio. No gráfico 20 é possível ver isso de forma mais explícita.

Gráfico 20 – Variação da Renda domiciliar per capita total por Decis de Renda entre 2019 e agosto de 2020 - para o Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, Salata e Ribeiro, 2020, p. 25 (adaptado pela autora)

A redução da renda seria muito maior principalmente por causa do desemprego, que aumentou significativamente com a pandemia e que é o principal responsável pela queda do poder de compra da família brasileira. Segundo dados da PNAD COVID-19⁵ (2020), a quantidade de pessoas desocupadas passou de 10,1 milhões de pessoas no começo da pesquisa, em maio de 2020, para 14,0 milhões em novembro do mesmo ano. Enquanto isso, o contingente de pessoas fora da força de trabalho passou de 75,4 milhões para 72,0 milhões no mesmo período. Isso evidencia a consolidação do retorno às atividades ao redor do país, com mais pessoas mês a mês deixando de estar fora da força de trabalho, após o auge da crise.

Em relação à população fora da força de trabalho que gostaria de trabalhar, mas que não procurou emprego, com a população desocupada, chega-se a um total de 38,1 milhões de brasileiros que estão pressionando o mercado de trabalho em busca de alguma ocupação ou que estariam se tivessem procurado trabalho. O interessante do dado é que, ao considerar como motivo da não busca de trabalho a pandemia ou à falta de trabalho na localidade, o total de pessoas foi de 27,7 milhões, quando somados aos desocupados. A pesquisa constatou também que houve um aumento dos trabalhadores informais, que passou para o equivalente

⁵ De acordo com o IBGE, a metodologia é diferente e não comparada com a PNAD Contínua trimestral publicada anteriormente

de 34,5% do total de ocupados, aumento de 0,6% na quantidade de informais de novembro em relação a outubro (PNAD COVID-19, 2020).

A crise sanitária do COVID-19, que desencadeou uma crise mundial, causou drásticos efeitos para toda a população e isso deve ser levado em consideração para base de comparação. O que fica claro nesse período é como a política expansionista adotada pelo governo brasileiro na forma de repasse de renda foi fundamental para o enfrentamento da crise e amortização dos seus efeitos, decorrentes principalmente do isolamento social, no qual garantiu também a sobrevivência de boa parte da população brasileira que se viu privada dos seus meios de subsistência. Importante enfatizar que o auxílio permitiu apenas o enfrentamento da crise, porém com a inflação, a renda real não chegou a aumentar, nem chegou a fomentar o consumo de itens não essenciais. Inclusive, o salário mínimo ao final do mandato do presidente Jair Bolsonaro, em dezembro de 2022, terá uma variação negativa, ou seja, vai valer menos do que no início do mandato, e isso não ocorre desde o Plano Real (ALMEIDA & CODECO, 2022).

5. CONCLUSÃO

Essa monografia teve como objetivo compreender os diferentes aspectos e mudanças do padrão de consumo ao longo dos últimos 30 anos. A análise explicita a centralidade da renda. Quando há o incentivo do governo para o consumo e o ambiente está propício, não só o consumo aumenta, mas os índices de igualdade social melhoram visivelmente, como a redução da taxa de pobreza, das pessoas endividadas, do desemprego, entre outros. Isso fica claro no último período analisado (2020), no qual houve o agravamento da situação de pobreza devido ao isolamento social e a privação de fontes de geração de renda e, com o repasse de renda, essa parte da população conseguiu sobreviver a esse período.

O principal material usado foi a Pesquisa Orçamentária Familiar do IBGE, que permitiu identificar nos dados as teorias tratadas no capítulo 1, além de explicitar o padrão de consumo da população brasileira. Não foi possível traçar uma tendência linear entre as POFs de 1996 até a de 2018, simplesmente pelo fato de que a conjuntura econômica brasileira, como a mundial, é extremamente diferente em cada uma das POFs. O que pode ser observado foi que as despesas com alimentação, habitação e transporte sempre têm maior participação em relação à renda, com maior diversidade na cesta de consumo dos períodos de expansão da economia.

Foi possível perceber como algumas teorias econômicas contribuíram para compreensão de cada período, como por exemplo o pensamento keynesiano entre a POF de 2003 e a de 2008, da ideia de que, com o aumento da renda, o consumo vai ser incentivado, o que aconteceu quando o governo vigente aplicou uma série de programas de repasse de renda. Sobre o pensamento de Minsky, pode-se constatar que o autor estava certo quando criticou os modelos que não consideraram os fenômenos monetários e financeiros em sua elaboração, conforme vimos que não é possível traçar uma tendência para as POFs, nem mesmo a possibilidade de financiamento por dívida na função do consumo, o que aconteceu na maioria dos períodos e que ocasionou impactos relevantes sobre o consumo.

Um ponto muito importante e essencial para economia brasileira, que repercutiu principalmente no padrão de consumo, foi a estabilidade de preços no governo do FHC, pós Plano Real. Essa estabilidade permitiu que o poder de compra

da população aumentasse, além do aumento do salário mínimo real, fomentando o consumo não só dos itens da cesta básica.

Outro grande acontecimento foi o aumento do crédito, do salário, do emprego e da transferência durante o governo do Lula. Com o aumento desses elementos, o cenário que o Brasil se encontrava era de estabilidade, com alta do consumo, além de menos desigualdade social, como os indicadores sociais nesse período se mostraram positivos.

Entretanto, com as crises de 2015-2016 e da pandemia do Covid-19, essa estabilidade e o bom desempenho dos indicadores logo se dissiparam. Esse período evidenciou uma grande fragilidade e várias mudanças, com resultados parecidos, ou até mesmo piores, ao período pré Plano Real, regredindo significativamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cássia; CODECO, Taís. Bolsonaro será 1º presidente desde o Plano Real a terminar mandato com salário mínimo valendo menos. **O Globo**, 9 maio de 2022, Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/bolsonaro-sera-1-presidente-des-de-plano-real-terminar-mandato-com-salario-minimo-valendo-menos-1-25503959>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Inflação?** 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BELLUZZO, L.; ALMEIDA, J. **Depois da queda**: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real, cap. 8. Rio de Janeiro, 2002.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**, 7ª edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.
- BROCHIER, L.; MENDONÇA, A. R. R. Crédito, riqueza e renda: uma revisão das teorias convencionais do consumo. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 959-988, mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/3568/3955>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. **Para além da política econômica**. Editora Unesp Digital, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, F.J. C. *et al.* **Economia Monetária e Financeira**: Teoria e Política. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**, 11ª edição. [S.l.]: São Paulo: McGraw-Hill Companies, Inc., 2011.
- GIAMBIAGI, F., *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2010, 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011.
- GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2972?mode=full>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- GOMES, G.; SILVA DA CRUZ, C. A. Vinte Anos de Economia Brasileira – 1994/2014 (Versão Ampliada). **Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2014/09/vinte-anos-de-economia-brasileira-1994-2014-versc3a3o-ampliada.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-235, 2002. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/542/02-Hoffmann.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

HOFFMANN, R. Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 647-661, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/RfdDwgbxmsQCGbMcyTr3L3f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

HOFFMANN, R.; VAZ, D. V. Evolução do Padrão de Consumo das Famílias Brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 163-186, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/TT3zVmsGKxTZpCkLz93CjBG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996** – POF, Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003** – POF, Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009** – POF, Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018** – POF, Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, 2017.

IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19 – Resultado Mensal**. Rio de Janeiro, nov. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101778>. Acesso em: 28 ago. 2021.

IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19 – Resultado Mensal**. Rio de Janeiro, set. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, v. 1, Brasília, 2021.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LACERDA, A. *et al.* **Economia Brasileira**, 4ª edição. São Paulo, 2010.

MEDEIROS, C. A. **Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira**. Brasília, IPEA, 2015.

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. **Centro de Debate de Políticas Públicas**, p. 3-14, 2014. Disponível em: https://cdpp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol_v2509.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

NERI, M. C. A Escalada da Desigualdade: Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição da Renda e a Pobreza? **FGV Social**, Rio de Janeiro, ago. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 23 nov. 2021.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2001. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13894>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PUGA, F. P. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13510>. Acesso em: 28 abr. 2022.

QUADROS, W. A crise da classe média pré-pandemia (2015-2019). Texto para Discussão. Unicamp. **IE**, Campinas, n. 413, mai. 2021. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/texto-para-discussao/a-crise-da-classe-media-pre-pandemia-2015-2019>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim desigualdade nas metrópoles**. Edição Especial: Covid-19, Porto Alegre, n. 2, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3stmXxc>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SANTOS, A. P., Polidori, M. C., Peres, O. M., & Saraiva, M. V. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/XdmjMh8vspQpmDHPjHm4MsM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO (SAGI). **Programa Bolsa Família** - quantidade de famílias e valores (até outubro/2021). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SOARES, R. P. Evolução do Crédito de 1994 a 1999: Uma explicação. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 25, 2002. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/62/72>. Acesso em: 10 set. 2021

SOUZA, C. B. D. **O impacto da inflação sobre o consumo das famílias de classe baixa residentes na cidade do Salvador na década de 1980.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28579>. Acesso em: 5 jul. 2021.

TESOURO NACIONAL. **Gasto Social do Governo Central: 2002 a 2015, 2016.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/stn-divulga-estudo-sobre-gasto-social-do-governo-central-2002-a-2015>. Acesso em: 26 set. 2021.